

# RELATÓRIO E CONTAS

2020

**INDAQUA**  
FEIRA



# RELATÓRIO DE GESTÃO

Concessão de Água e Saneamento do Concelho de Santa Maria da Feira

<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
a. A Concessão	1
b. Atividades desenvolvidas em 2020	3
<b>II. ATIVIDADE</b>	<b>5</b>
a. Serviço de Abastecimento de Água	5
i. Consumos de Água faturados	6
ii. Balanço da Água	7
iii. Qualidade da Água	9
b. Serviço de Saneamento	10
i. Balanço do Saneamento	10
ii. Qualidade da água residual	12
c. Intervenções operacionais	13
d. Serviço ao cliente	14
e. Faturação e Cobrança	15
f. Eficiência energética	16
g. Resíduos recolhidos	17
<b>III. INVESTIMENTO</b>	<b>18</b>
<b>IV. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>20</b>
<b>V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>22</b>
<b>VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS</b>	<b>25</b>
<b>VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>26</b>
<b>VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>26</b>
<b>IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>28</b>
<b>X. BALANÇO</b>	<b>29</b>
<b>XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>30</b>
<b>XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31</b>
<b>XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>32</b>
<b>XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>33</b>
<b>XV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>70</b>
<b>XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>71</b>

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral:

Presidente da Mesa: [REDACTED]

Secretário da Mesa: [REDACTED]

### Conselho de Administração:

Presidente - [REDACTED]

Vogal - [REDACTED]

Vogal - [REDACTED]

Vogal - [REDACTED]

Vogal - [REDACTED]

### Fiscal Único:

Deloitte & Associados, SROC S.A., [REDACTED]

Suplente: [REDACTED]

79A  
86

**INDAQUA FEIRA – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.**

**CAE: 36002 – Distribuição de Água**

**SENHORES ACIONISTAS**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da INDAQUA Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



## I. INTRODUÇÃO

### a. A Concessão

A INDAQUA Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., foi constituída em 12 de março de 1999, tendo por objeto o exercício em regime de concessão, as atividades de indústria e prestação de serviços relativos à exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Santa Maria da Feira, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que integram os sistemas concessionados, bem como a realização de todas as obras necessárias à execução do Plano de Investimentos, no âmbito da concessão, e que consta em anexo ao Contrato de Concessão, assinado a 3 de dezembro de 1999 e aditado a 26 de junho de 2015.

Tendo como objetivo servir a totalidade do Concelho, com uma população de cerca de 136.000 habitantes à data da assinatura do Contrato e que no final do presente exercício já atinge cerca de 140.000 habitantes, o Contrato de Concessão previa a realização de um Plano de Investimentos, orçado em mais de 100 milhões de Euros (a preços de 1997), em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, com conceção e construção da responsabilidade da INDAQUA Feira. Este Plano de Investimentos prevê o cumprimento de metas ambiciosas, exigindo um acentuado esforço de coordenação e racionalização dos meios, que permite garantir a concretização dos objetivos de atendimento fixados no PDR 2000-2006 e reiterados no PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2000-2006). Para além da realização de infraestruturas em todo o Concelho, a INDAQUA Feira inclui ainda nas suas obrigações contratuais, um significativo investimento na capacidade organizativa e operacional dos serviços públicos, com evidente repercussão na melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.

A Concessão teve início a 1 de janeiro de 2000 pelo prazo de 35 anos, contabilizando-se na altura cerca de 12.800 clientes do serviço de abastecimento de água.

A construção das redes de abastecimento de água iniciou-se com o arranque da Concessão em janeiro de 2000. Até final de 2003 foram construídos cerca de 520 km de rede e respetivos ramais domiciliários, assegurando-se uma cobertura a cerca de 87% da população do Concelho.

Em agosto de 2003, ocorreu um “draw-stop” do financiamento da Concessão, motivado pelo atraso no cumprimento por parte do Concedente na realização do Programa de Investimentos Municipal, nomeadamente no que se refere à construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais, Emissários e Reservatórios, ficando assim suspenso o investimento na construção de novas infraestruturas por parte da INDAQUA Feira.

Como corolário de um longo processo negocial iniciado em maio de 2004 entre a INDAQUA Feira, a Câmara Municipal e a SIMRIA, sobre a égide da ERSAR (ex-IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos), em 12 de dezembro de 2006 foi assinado o Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, materializando uma solução global que viabilizava a Concessão Municipal, aumentando o prazo da Concessão para 50 anos e incorporando um novo Caso Base.

Em maio de 2007 foi reiniciado o investimento em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento. No final de 2009 estava concluído todo o investimento em redes de abastecimento de água e cerca de 55% do investimento previsto em redes de saneamento em baixa.

Em fevereiro de 2010 foi assinado o Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão, que altera algumas das responsabilidades no que respeita à execução dos investimentos em redes de saneamento em baixa. Assim, a INDAQUA Feira passou a ser responsável pela execução das obras de saneamento em baixa das bacias do Douro, ao abrigo da candidatura aos fundos do QREN, geridos pelo POVT (Programa Operacional Temático Valorização do Território, Eixo II), cujo término ocorreu em agosto de 2014, enquanto o Concedente pela execução das obras de saneamento em baixa das bacias da Laje e do Cáster, tendo estas últimas terminado em 2015. Assim, genericamente o Plano de Investimentos está concluído.

No 3.º aditamento ficou definido que até final de junho de 2012 deveria ser celebrado o 4.º Aditamento ao Contrato de Concessão, no sentido de adequar o Contrato às alterações decorrentes do Decreto-

lei n.º 194/2009 de 20 de agosto e de considerar no caso Base o real valor das obras das bacias do Douro, além de todos os outros eventos e seus efeitos, passíveis de serem incorporados no reequilíbrio económico e financeiro da Concessão. Desta forma, após vários anos de negociação, o 4.º aditamento foi assinado no dia 25 de junho de 2015, tendo entrado em vigor a 3 de setembro de 2015 após a pronúncia do Tribunal de Contas.

Como nota introdutória do presente Relatório, importa ainda sinalizar a implementação, no período, de um sistema de gestão integrado que consolida toda a informação produzida nas diversas aplicações utilizadas pela INDAQUA Feira. Tal implementação exigiu a revisão e uniformização, no Grupo INDAQUA, de um conjunto alargado de critérios de classificação e reporte, que originaram alterações a valores de histórico (não financeiros) anteriormente considerados. São, por este motivo, justificadas as diferenças, geralmente pequenas, que possam ser identificadas na comparação dos valores reportados no presente documento e nos anteriores relatórios de gestão e contas da INDAQUA Feira.

#### **b. Atividades desenvolvidas em 2020**

O ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada COVID-19, que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Este acontecimento forçou a empresa a tomar um conjunto de alterações de forma a se adaptar às novas circunstâncias, o que levou a uma diferente alocação dos recursos humanos e a novas metodologias de trabalho. Desta forma foi possível garantir a prestação de um serviço público de qualidade no abastecimento de água e na recolha e tratamento dos efluentes, tendo sempre presente a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

Ao longo do ano de 2020, a prestação de um serviço público com o principal propósito de se atingir uma qualidade sempre crescente, sustentada em adequados procedimentos, com consequente aumento da satisfação dos clientes, continuou a ser uma preocupação dominante, tendo sempre presente a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

A atividade da INDAQUA Feira decorreu em conformidade com a estratégia definida para a sua consolidação e para o seu crescimento sustentado, baseada em medidas direcionadas para a atração de novos clientes, otimização dos recursos e procedimentos e para a melhoria em geral dos resultados.

Tendo em consideração o ainda razoável potencial de clientes não ligados aos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, a adesão de novos clientes continuou a ser uma das preocupações dominantes, alicerçada nas disposições legais de obrigatoriedade de ligação.

De acordo com o programa de verificação da qualidade da água aprovado pela ERSAR, a água distribuída ao longo de todo o ano foi de excelente qualidade, cumprindo as exigências definidas no respetivo Decreto-Lei, não se verificando qualquer inconformidade.

Como as grandes obras constantes no Plano de Investimentos já se encontram concluídas, ao longo do presente exercício registaram-se apenas pequenos investimentos associados a extensões de rede, novos ramais e repavimentações.

Para além do já referido, durante o ano de 2020 a INDAQUA Feira elegeu como prioritárias as seguintes atividades:

- Incremento das ações relativas à ligação de novos utentes de água e saneamento;
- Realização de inspeções prediais com o objetivo de separar as redes pluviais das redes de águas residuais, bem como garantir a inexistência de intercomunicabilidade entre as redes de soluções privativas e a rede pública;
- Cumprimento dos Planos de redução de perdas (rede de abastecimento de água) e de aflúências indevidas (rede de drenagem de águas residuais);
- Otimização do Sistema de Informação Geográfica;
- Campanhas de deteção de fugas;
- Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Implementação de ferramentas informáticas específicas para o controlo das redes em tempo real;
- Campanhas de divulgação da fatura eletrónica como meio opcional para os nossos clientes;
- Otimização do Programa de Gestão Operacional;

Será ainda de salientar a ainda vigente distinção efetuada pela ERSAR, no que respeita aos selos e prémios de qualidade de serviço. Na sua última edição, a INDAQUA Feira foi a entidade gestora mais galardoada a nível nacional, tendo obtido o "Prémio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas", o "Selo de qualidade em abastecimento público de água", o "Selo de qualidade em

saneamento de águas residuais urbanas" e o "Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano".

O reconhecimento da ERSAR é o resultado do compromisso da INDAQUA na prestação de um serviço diferenciado à população de Santa Maria da Feira, que traduz o nosso investimento, *know-how* e competência técnicos ao nível dos melhores do mundo.

## II. ATIVIDADE

### a. Serviço de Abastecimento de Água

A INDAQUA Feira tem atualmente sob a sua gestão aproximadamente 1.140 km de rede de abastecimento de água.

Durante todo o exercício de 2020 verificou-se um aumento da adesão ao sistema de abastecimento de água, fruto da continuada campanha de sensibilização relativa à obrigatoriedade legal de ligação, pese embora inferior aos restantes anos devido à pandemia COVID-19.

O número de clientes ativos cresceu de 53.761 para 54.491, o que corresponde a um aumento líquido de 730 clientes, ou seja, um crescimento de cerca de 1,4%, que corresponde a uma média de 61 novos clientes ativos por mês.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução do número de consumidores de água nos últimos anos:



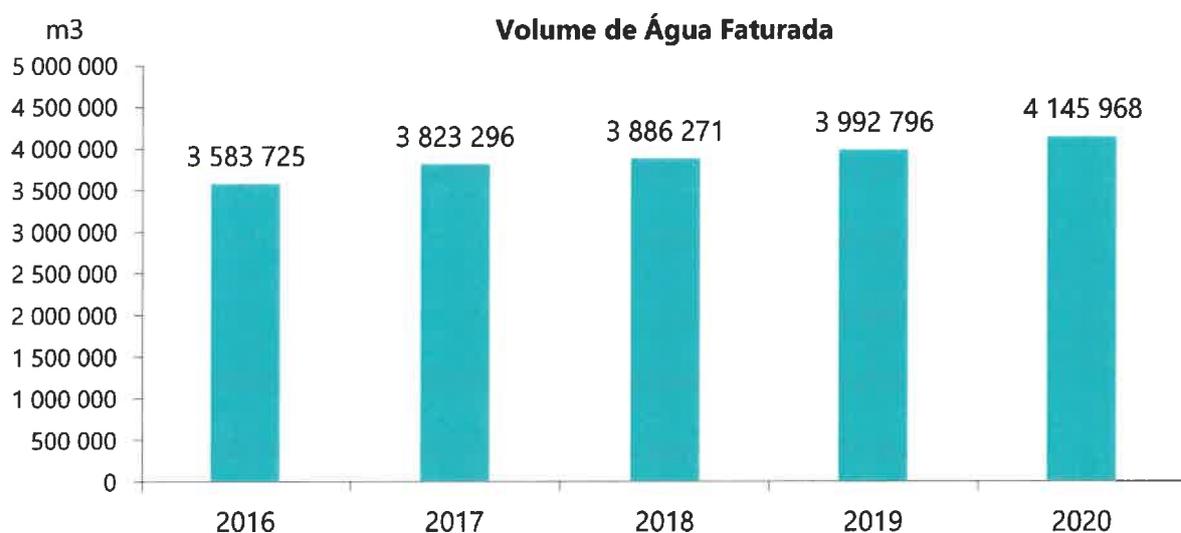
**i. Consumos de Água faturados**

No quadro seguinte podemos observar a evolução dos consumos de água faturados nos dois últimos anos, por tipo de consumidor e por escalão de consumo:

CONSUMOS DE ÁGUA FATURADOS	2020		2019		Varição
	m3	%	m3	%	%
AA - Água faturada doméstica	3 221 095	77,69%	2 954 273	73,99%	9,03%
Água Fat. Comércio	351 261	8,47%	378 581	9,48%	-7,22%
Água Fat. Indústria	196 148	4,73%	212 790	5,33%	-7,82%
Água Fat. Estado/Administração	20 329	0,49%	33 128	0,83%	-38,63%
Água Fat. Autarquias/Administração Local	68 547	1,65%	95 733	2,40%	-28,40%
Água Fat. - Instituições	179 535	4,33%	226 380	5,67%	-20,69%
Água Fat. Lig. Provisória	60 781	1,47%	57 759	1,45%	5,23%
Água Fat. - Água avulso	7 041	0,17%	4 562	0,11%	54,35%
Água Fat. Consumos Próprios	41 231	0,99%	29 590	0,74%	39,34%
<b>Água Faturada</b>	<b>4 145 968</b>	<b>100%</b>	<b>3 992 796</b>	<b>100%</b>	<b>3,84%</b>

Foram vendidos 4.145.968 m<sup>3</sup> de água, a que corresponde um aumento de cerca de 3,84% relativamente ao ano de 2019.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos volumes de água faturada nos últimos anos:



Verifica-se um crescimento constante da água vendida nos últimos anos, fruto do aumento do n.º de clientes.

## ii. Balanço da Água

O quadro que se segue relaciona o consumo de água faturada com a água adquirida, evidenciando o nível de água não faturada:

BALANÇO DA ÁGUA	2020	2019	Variação	
	m3	m3	m3	%
Água Faturada	4 145 968	3 992 796	153 172	3,84%
Água faturada doméstica	3 221 095	2 954 273	266 822	9,03%
Água faturada não doméstica	924 873	1 038 523	-113 650	-10,94%
Água entrada no sistema	5 032 052	4 885 448	146 604	3,00%
Água captada	0	0	0	0,00%
Água comprada	5 032 052	4 885 448	146 604	3,00%
AA - Água não Faturada	886 084	892 652	-6 568	-0,74%
Água não Faturada (%)	17,61%	18,27%		-3,63%
Água Não Faturada por extensão de rede (m3/km/ano)	778	783	5	-0,68%

A água entrada nos sistemas de abastecimento de água foi de 5.032.052 m<sup>3</sup>, correspondendo à água comprada às Águas do Douro e Paiva, o que equivale a um aumento de 3% relativamente ao ano anterior.

Em 2020, a água não faturada foi de 17,61%, mantendo-se assim a tendência de redução das perdas que se vem afirmando desde o início da concessão atingindo-se o mínimo histórico a 12 meses para este indicador.

Para garantir a permanência deste valor, demos continuidade e reforçamos todo um conjunto de medidas, designadamente:

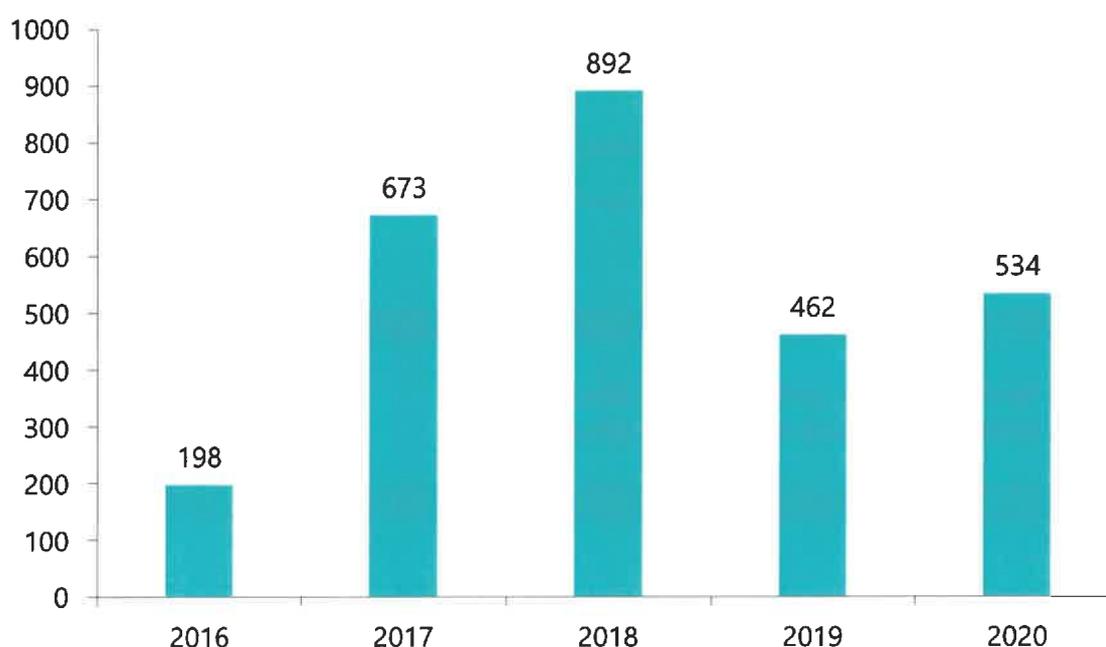
- Campanha de substituição de contadores com mais de 10 anos;
- Renovação de pontos críticos de rede;
- Maior eficácia das leituras;
- Implementação de ferramentas informáticas de controlo de redes;
- Modelação hidráulica da rede com vista à otimização das pressões;
- Monitorização de válvulas reductoras de pressão;
- Verificação dos contadores nas redes prediais de incêndio;
- Aferição dos contadores de entrada dos reservatórios;
- Campanhas de deteção de consumos ilícitos;



- Detecção e localização de fugas;
- Maior eficácia e rapidez na reparação de avarias;

Conforme se pode verificar no gráfico seguinte, é notória a diminuição das anomalias detetadas na rede de abastecimento de água, fruto da diminuição das obras de pavimentação que decorreram intensamente por todo o Município durante o ano de 2018 e do trabalho desenvolvido na otimização das pressões na rede.

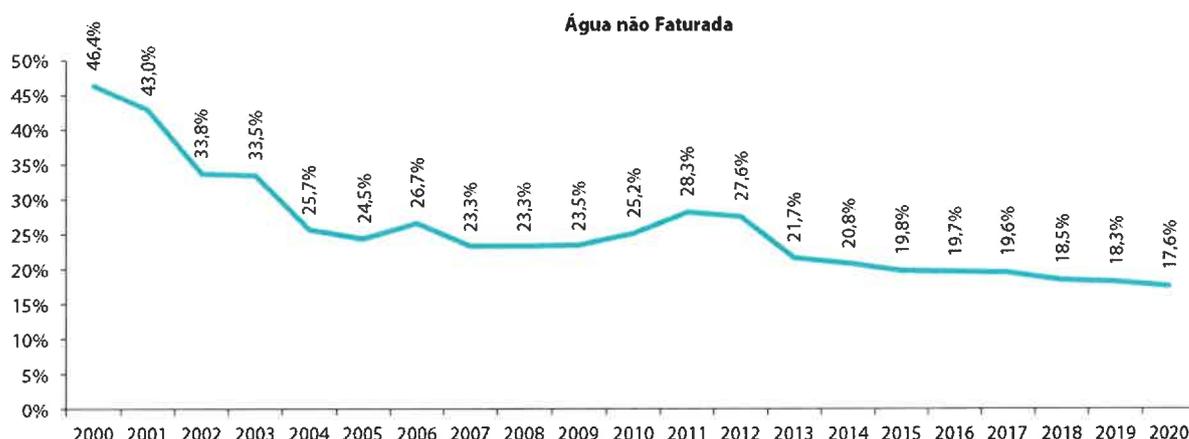
**Pesquisa de Fugas - Total anomalias detetadas (AA)**



Nota: Valor histórico de 2019 corrigido em função da atualização do sistema de informação

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da água não faturada desde o início da concessão, tendo-se atingido em 2020 o seu mínimo histórico.

*[Assinaturas manuscritas em azul]*



### iii. Qualidade da Água

O resumo das análises efetuadas no âmbito do controlo de qualidade da água, de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, e dos respetivos resultados em incumprimento, encontra-se evidenciado no quadro que se segue:

QUALIDADE DA ÁGUA	2020	2019	Varição
AA - Conformidade de análises à água tratada	1 074	1 105	-2,81%
AA - Análises realizadas à qualidade da água tratada	1 074	1 105	-2,81%
Água Segura (%)	100,00%	100,00%	0,00%

A garantia da qualidade da água é uma das prioridades da Concessionária, tendo sido continuado um rigoroso controlo através da recolha sistemática de amostras de água, analisadas em laboratório acreditado, de acordo com o respetivo Programa de Controlo da Qualidade da Água previamente aprovado pela ERSAR.

Em 2020, à semelhança de 2019, não foram detetadas quaisquer situações de incumprimento., tendo-se obtido assim, face ao total de análises regulamentares realizadas, uma taxa de conformidade de 100%.

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

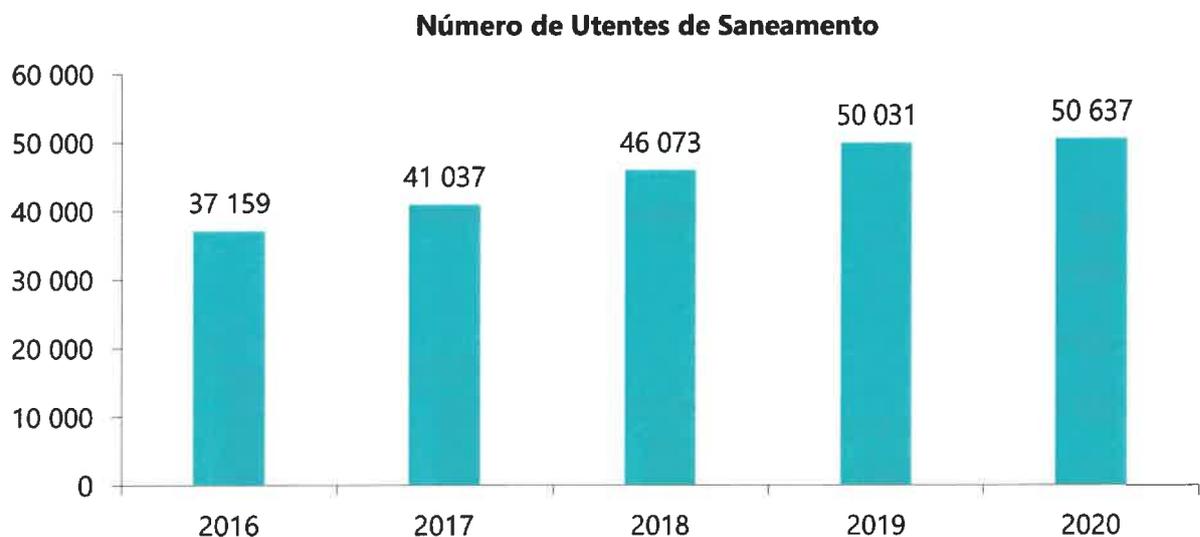
**b. Serviço de Saneamento**

A INDAQUA Feira tem atualmente sob a sua gestão aproximadamente 1.045 km de rede de drenagem de águas residuais.

No exercício de 2020 verificou-se um aumento da adesão ao sistema de drenagem de águas residuais, fruto da continuada campanha de sensibilização relativa à obrigatoriedade legal de ligação, pese embora inferior aos restantes anos devido à pandemia COVID-19.

O número de clientes ativos de saneamento aumentou de 50.031 em 31 de dezembro de 2019 para 50.637 em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a um aumento de 606 clientes, ou seja, um crescimento de cerca de 1,2%, que corresponde a uma média de 51 novos clientes ativos por mês.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos utentes de saneamento nos últimos anos:



**i. Balanço do Saneamento**

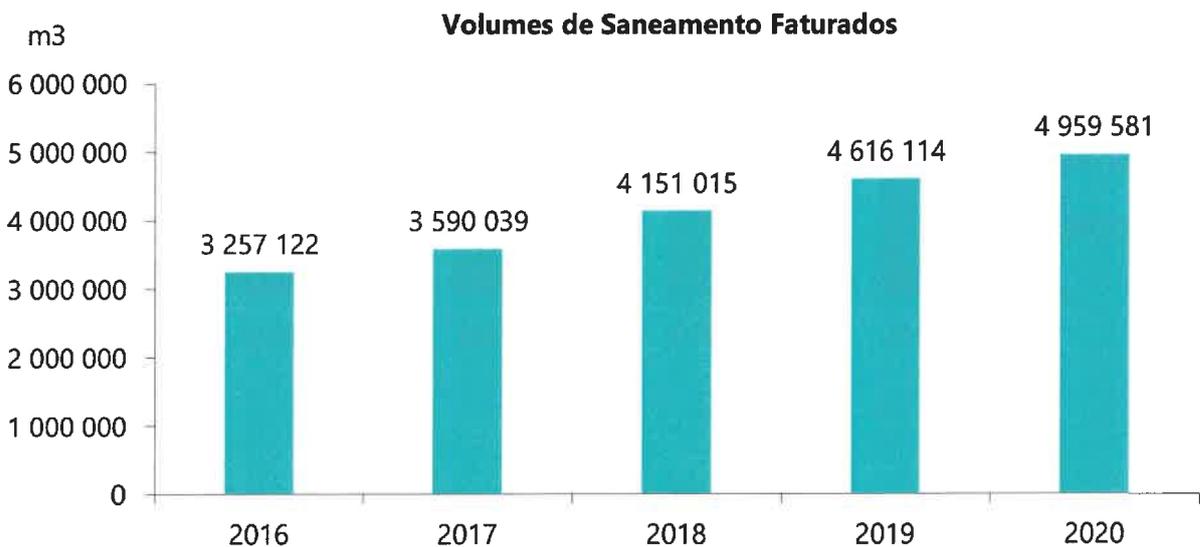
No quadro seguinte podemos observar a evolução dos volumes de saneamento faturados nos dois últimos anos e verificar a percentagem de água residual não faturada e o respetivo índice de Afluências Indevidas:

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

BALANÇO DO SANEAMENTO	2020	2019	Variação	
	m3	m3	m3	%
Água Residual faturada	4 959 581	4 616 114	343 466	7,44%
Água Residual entregue para tratamento	8 731 192	7 766 201	964 991	12,43%
Volume Entregue Autorizado	4 960 979	4 618 395	342 583	7,42%
Afluências Indevidas	3 778 542	3 150 082	628 460	19,95%
Água Residual não Faturada (ARD) (%)	43,20%	40,56%		6,50%
Afluências Indevidas Reais (mét. Simples) por extensão da rede AR(m3/km/ano)	4 432	3 602	829	23,01%

Foram faturados 4.959.581 m<sup>3</sup> de saneamento, o que corresponde a um aumento de 7,44% relativamente ao ano de 2019, aumento este motivado principalmente pelo acentuado aumento do n.º de clientes.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos volumes de saneamento faturados nos últimos anos:



A água residual recolhida em 2020 foi de 8.731.192 m<sup>3</sup>, o que equivale a um aumento de 12,43% relativamente ao ano anterior.

Em 2020, a água residual não faturada foi de 43,2%, mantendo-se assim a tendência, quando eliminado o fator precipitação, da estabilização das afluências indevidas.

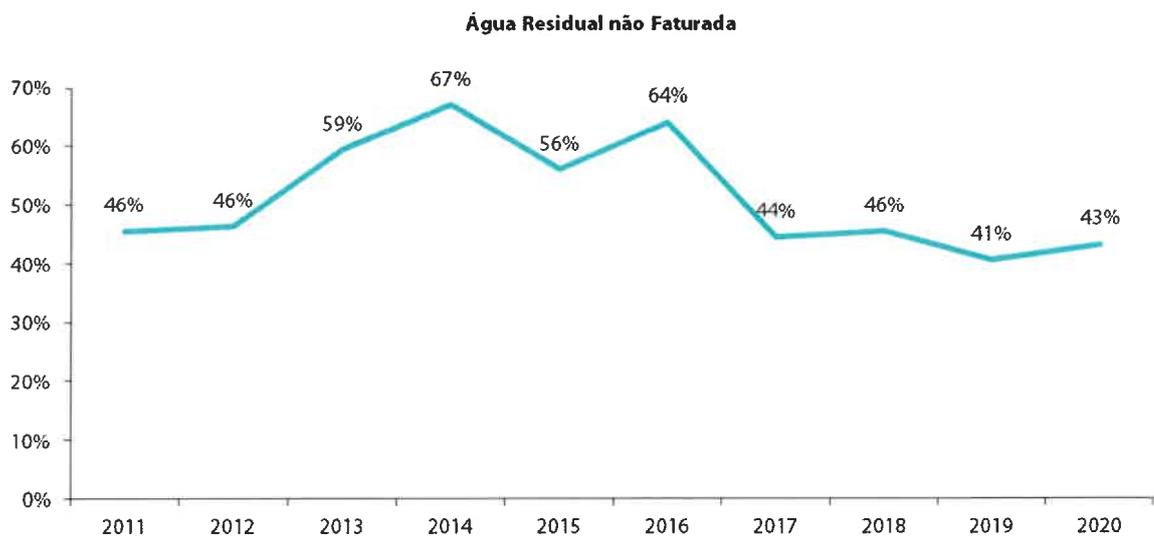
*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

De modo a promover a diminuição deste indicador, as principais atividades desenvolvidas nesta área foram direcionadas para a correta monitorização dos caudais drenados. Neste sentido, foram instalados vários equipamentos de medição de caudal/nível de águas residuais, o que permitiu criar e monitorizar de forma mais eficaz as Zonas de Medição e Controlo (ZMC).

Adicionalmente, foram implementadas ações de deteção de AI, com recurso a testes de fumo e inspeções visuais a caixas de visita e caixas ramal de ligação (CRL), que possibilitaram, posteriormente, efetivar as seguintes medidas de eliminação das AI:

- Reabilitação pontual de coletores, sem abertura de vala;
- Reabilitação de caixas de visita e CRL;
- Tamponamento/eliminação de ligações indevidas de águas pluviais ao sistema de saneamento;
- Vedação de tampas de saneamento.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da água não faturada nos últimos anos:



## ii. Qualidade da água residual

O resumo das análises efetuadas no âmbito do controlo de qualidade da água residual, de acordo com as licenças de descarga emitidas pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente para as 8 ETAR em exploração, encontra-se evidenciado no quadro que se segue:

QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL	2020	2019	Varição
Conformidade de análises regulamentares	1 906	1 896	0,53%
Análises Realizadas à AR tratada	1 920	1 905	0,79%
<b>Qualidade da Água Residual Tratada (%)</b>	<b>99,13%</b>	<b>99,53%</b>	<b>-0,40%</b>

Em 2020 foram detetadas algumas situações de incumprimento, motivadas pela existência de obras de manutenção previstas no plano de O&M das infraestruturas.

Face ao total de análises regulamentares realizadas, obteve-se uma taxa de conformidade de 99,13%.

### c. Intervenções operacionais

O quadro que se segue resume as intervenções realizadas durante o ano de 2020:

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	2020	2019	2020 Mensal			Varição %
			Máximo	Mínimo	Média	
<b>Água</b>						
Contadores de Água	8 146	9 210	-	-	679	-11,55%
Contadores para Novos Clientes	1 471	2 700	155	67	123	-45,52%
Contadores para Clientes Substituídos	6 394	6 395	1 712	11	533	-0,02%
Contadores de Clientes Retirados	213	53	27	4	18	301,89%
Inspeções realizadas - Verificação de Contador	68	62	16	0	6	9,68%
Abastecimento de Água	3 276	5 964	-	-	273	-45,07%
Número de Cortes Realizados	1 820	3 169	334	0	152	-42,57%
Número de Religações	1 456	2 795	247	11	121	-47,91%
Ramais de Água	468	324	-	-	39	44,44%
Ramais AA - Novos/Ampliação	438	282	86	0	37	55,32%
Ramais AA - Remodelação	30	42	30	0	3	-28,57%
Intervenções na Rede de Água	691	622	-	-	58	11,09%
Roturas na rede AA	149	127	22	5	12	17,32%
Roturas em ramais AA	469	439	67	21	39	6,83%
Rebentamentos (Externo)	73	56	6	2	6	30,36%
<b>Saneamento</b>						
Ramais de Saneamento	432	252	-	-	36	71,43%
Ramais ARD ou ARP - Ampliação	412	244	77	10	34	68,85%
Ramais ARD - Remodelação	20	8	8	0	2	150,00%
Intervenções na Rede de Colectores	673	554	-	-	56	21,48%
AR- Obstruções em colectores	671	543	71	38	56	23,57%
AR- Colapsos estruturais em colectores	2	11	2	0	0	-81,82%

Nota: Valor histórico de 2019 corrigido em função da atualização do sistema de informação

Como conclusões mais relevantes, destaca-se o aumento do n.º de ramais novos construídos, fruto do crescimento de novas habitações, e o efeito da pandemia COVID-19 na suspensão dos cortes do abastecimento de água por falta de pagamento e, conseqüentemente, do n.º de religações.

Verificou-se ainda um aumento significativo das avarias na rede de abastecimento de água provocadas por terceiros, potenciada essencialmente pelas obras de pavimentação por parte da Edilidade Local.

Em continuidade do exercício anterior, a desobstrução de coletores foi novamente assegurada pela AQUALEVEL, verificando-se uma grande redução do n.º de colapsos devido às remodelações de rede de alguns dos pontos críticos existentes em anos anteriores.

#### d. Serviço ao cliente

As reclamações apresentadas ao longo do exercício de 2020 encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS	2020	2019	Varição
Reclamações de Qualidade da Água (/1.000 Ramais)	0,21	0,36	-42,47%
Reclamações de Falha no Abastecimento (/1.000 Ramais)	0,50	0,56	-10,91%
Reclamações de Pressão (/1.000 Ramais)	0,74	0,40	84,54%
Reclamações de Recolha de AR (/1.000 Ramais)	1,59	0,96	65,73%
Reclamações relativas à Faturação (/1.000 Clientes)	4,23	4,39	-3,63%
Outros Motivos (/1.000 Clientes)	9,87	8,91	10,70%
Resposta a reclamações escritas (Geral) (10 dias úteis) - Ac	99,23%	99,63%	-0,40%
Resposta a reclamações e sugestões (AA) - últ 12 meses	100,00%	100,00%	0,00%
Resposta a reclamações e Sugestões (AR) - últ 12 meses I	100,00%	100,00%	0,00%

Realça-se o facto de alguns tipos de reclamação terem aumentado comparativamente com o ano anterior, fruto do elevado n.º de intervenções para a criação de subzonas de medição e da otimização de pressões na rede de abastecimento de água.

À semelhança do ano anterior, a resposta às reclamações dentro do prazo legal atingiu os 100%. Importa destacar que, não obstante o prazo legal para resposta a reclamações ser de 22 dias úteis (15

dias se forem apresentadas no livro de reclamações), foram implementadas ações nesta área que permitiram assegurar que 99,23% das reclamações tivessem uma resposta em 10 dias úteis.

#### e. Faturação e Cobrança

Em 2020 foi reforçada a campanha de divulgação da fatura eletrónica e bimestral, podendo os clientes da INDAQUA Feira optar por estas duas novas soluções. No quadro seguinte estão refletidas as respetivas taxas de adesão que continuam a aumentar significativamente no ano de 2020.

Faturação	2020	2019	Varição
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica (%)	29,1%	25,3%	14,99%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral (%)	30,4%	26,8%	13,35%

No que diz respeito aos ilícitos detetados, verificou-se, tal como em 2019, um significativo n.º de ligações ilícitas de águas residuais.

Ilícitos	2020	2019	Varição
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita Tubo Funcional Nicho (c/ ou s/ adult de selo)	13	12	8,33%
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita de AA - Derivação no Ramal ou Conduta	5	13	-61,54%
Ilícitos Detectados - Adulteração/Roubo Contador/Selos	24	37	-35,14%
Ilícitos Detectados - Violação de Corte (incluindo RAV)	60	83	-27,71%
Ilícitos Detectados - Ligação de AP à rede de ARD	24	53	-54,72%
Ilícitos Detectados - Ligação Ilícita à rede de AR	1 684	1 590	5,91%
<b>Ilícitos Detectados</b>	<b>1 810</b>	<b>1 788</b>	<b>1%</b>

Nota: Valor histórico de 2019 corrigido em função da atualização do sistema de informação

Relativamente à suspensão do fornecimento constatou-se uma diminuição da taxa de emissão de ordens de corte, a qual está relacionada com a pandemia COVID-19.

Suspensão Fornecimento	2020	2019	Varição
Avisos de Interrupção do Fornecimento	57 861	60 231	-3,93%
Taxa de Emissão de Ordens Interrupção (%)	4,8%	7,5%	-36,64%
Taxa de Suspensões efetivadas (%)	72,1%	70,1%	2,96%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento (%)	86,0%	86,0%	0,00%

Relativamente à eficácia de cobrança, regista-se uma diminuição do número de injunções intentadas, tendo ocorrido igualmente uma diminuição das injunções cobradas, em virtude da alteração do panorama económico do país e da situação pandémica que se viveu em 2020.

Injunções	2020	2019	Varição
Injunções Intentadas	579	640	-9,53%
Injunções Cobradas (%)	37%	38%	-3,56%
Injunções com Força Executiva (%)	31%	29%	7,10%

#### f. Eficiência energética

No quadro seguinte é possível verificar a evolução da eficiência energética das instalações, constatando-se uma diminuição da eficiência de 2019 para 2020 devido à ocorrência de algumas avarias nos grupos de bombagem e também ao elevado número de episódios pontuais de precipitação intensa e a consequente entrada de águas pluviais nas águas residuais.

Electricidade	2020	2019	Varição
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) (kWh/m <sup>3</sup> /100 m)	0,56	0,53	6,08%
Utilização dos recursos energéticos (AA) (kWh/1.000 m <sup>3</sup> entrado)	56,87	50,87	11,80%
Eficiência energética de instalações elevatórias - 2G (kWh/m <sup>3</sup> /100 m)	0,68	0,62	10,03%
Utilização dos recursos energéticos (AR) (kWh/1.000 m <sup>3</sup> entrado)	245,52	272,50	-9,90%

Nota: Valor histórico de 2019 corrigido em função da atualização do sistema de informação

Relativamente ao consumo de energia total verificou-se um aumento do mesmo em relação a 2019, devido principalmente ao aumento da água faturada e da água residual recolhida.

Energia	2020	2019	Varição
Consumo de Energia (kWh)	2 445 181	2 413 723	1,30%
Custo Médio da eletricidade (€/MWh)	68,8	56,3	22,34%



**g. Resíduos recolhidos**

No quadro seguinte é possível verificar as quantidades de resíduos produzidos. A redução que se verifica de 2019 para 2020 deve-se à otimização do processo de remoção de lamas nas ETAR.

Resíduos Recolhidos	2020	2019	Varição
Resíduos Recolhidos Total (Toneladas)	2 581	2 994	-13,79%
Taxa de Valorização nos Resíduos Produzidos (%)	92%	95%	-2,44%

Nota: Valor histórico de 2019 corrigido em função da atualização do sistema de informação

### III. INVESTIMENTO

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água realizado até ao final do exercício de 2020, em termos de comprimento de redes de abastecimento de água, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

ÁGUA - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS	Acumulado	2020	Anos Ant.
R6 - Nogueira Regedoura / S. P. Oleiros	33 897	0	33 897
R11 - Paços de Brandão	20 178	397	19 781
R12 - Rio Meão	24 590	0	24 590
R34 - Vila Maior / Canedo / Gião / Lobão	81 676	33	81 643
R38 - Louredo / Guisande	57 252	206	57 046
R39 - Vale / Louredo / Romariz	19 552	0	19 552
R40 - Argoncilhe	15 710	149	15 561
R42 - Mozelos / Nogueira Regedoura	15 703	16	15 687
R44 - C. S. Jorge / Lobão	10 834	0	10 834
R45 - Fiães / Sanguedo / Lourosa	38 889	354	38 535
R46 - S. M. Lamas	10 452	0	10 452
R47 - S. J. Vêr	22 648	0	22 648
R48 - S. M. Feira	11 316	0	11 316
R49 - Fornos / Souto / Travanca / S. M. Feira	37 792	397	37 395
R50 - Souto	27 844	86	27 758
R51 - S. J. Vêr / C. S. Jorge	48 256	122	48 134
R52 - Sanfins / Escapães	31 227	0	31 227
R53 - Mosteirô	16 193	0	16 193
R54 - Arrifana	32 915	521	32 394
R55 - Milheirós de Poiares	21 226	211	21 015
R56 - Pigeiros / C. S. Jorge	16 833	0	16 833
R57 - Romariz	28 099	187	27 912
RE - Espargo	16 941	120	16 821
<b>Total</b>	<b>640 023</b>	<b>2 799</b>	<b>637 224</b>

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água executado em 2020 foi de cerca de 474.106 euros, correspondendo exclusivamente a diversas extensões de rede e ramais, já que o investimento constante no Plano de Investimentos anexo ao Contrato de Concessão já se encontra devidamente concluído.

Considerando as redes de abastecimento de água recebidas do Concedente no início da Concessão, as redes entregues pelo Concedente a título de subsídio em espécie, as redes executadas por diferentes loteadores e as redes construídas pela INDAQUA Feira, ou através do Grupo Construtor da

Feira, no âmbito do Plano de Investimentos, ou diretamente no caso de pequenas extensões de rede, a empresa tem sob sua gestão atualmente cerca de 1.140 km de rede de abastecimento de água.

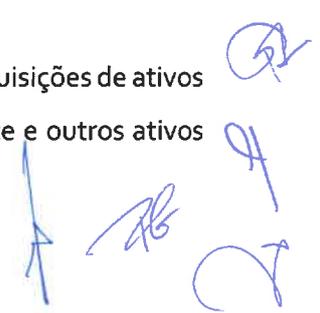
O investimento em infraestruturas de saneamento realizado até ao final do exercício de 2020, em termos de comprimento de redes, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

SANEAMENTO - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS	Acumulado	2020	Anos Ant.
B1 - Milheirós de Poiares/Romariz	37 440	345	37 095
B2 - Fornos / Arrifana / Mosteirô	878	62	816
B3 - Sanfins / S. M. Feira / Travanca	832	139	693
B4 - Souto / Travanca	0	0	0
B5 - S. J. Vêr / Rio Meão	40 016	0	40 016
B6 - Nogueira Regedoura / S. P. Oleiros / Mozelos	37 550	0	37 550
B7 - Lourosa / Mozelos / Lamas / P. Brandão / Rio Meão	51 537	12	51 525
B8 - S. J. Vêr / Espargo	40 418	76	40 342
B9 - Argoncilhe / Sanguedo	54 372	24	54 348
B10 - Fiães / Lobão / C. S. Jorge / Vila Maior / Pigeiros	76 087	0	76 087
B11 - Gião / Canedo	32 960	87	32 873
B12 - Louredo / Guisande	23 299	0	23 299
B13 - Vale / Louredo / Romariz	15 647	0	15 647
B14 - Canedo	14 684	0	14 684
B15 - Louredo / Canedo	8 093	0	8 093
<b>Total</b>	<b>433 813</b>	<b>745</b>	<b>433 068</b>

O investimento em infraestruturas de saneamento executado em 2020 foi de cerca de 501.436 euros, correspondendo essencialmente à execução de pequenas extensões de rede, pendentes da constituição de direitos de passagem, e à execução de ramais.

Considerando as redes de saneamento recebidas do Concedente no início da Concessão, as redes entregues pelo Concedente a título de subsídio em espécie, as redes executadas pelo Concedente previstas no Programa de Investimentos Municipal (bacias de Laje e Cáster), as redes executadas por diferentes loteadores e as redes construídas pela INDAQUA Feira no âmbito do Plano de Investimentos, ou diretamente no caso de pequenas extensões de rede, a empresa tem sob sua gestão atualmente cerca de 1.045 km de rede de saneamento em serviço.

Considerando, para além dos investimentos em infraestruturas atrás referidos, as aquisições de ativos fixos, nomeadamente, software, equipamento básico, administrativo, de transporte e outros ativos fixos tangíveis, o investimento global ascende a 1.343.469 euros.



#### IV. RECURSOS HUMANOS

No final de 2020 a Indaqua Feira, SA era constituída por 84 colaboradores, dos quais 59 faziam parte do quadro da empresa, 11 encontravam-se em regime de cedência de interesse público e 14 encontravam-se vinculados por contratos a termo. Deste universo a antiguidade média era de 11,87 anos. A idade média dos colaboradores era de 41,97 anos representados por 28 elementos do sexo feminino e 56 do sexo masculino. Em termos de habilitações literárias, o Ensino Preparatório predominava com uma percentagem de 50,00%.

RECURSOS HUMANOS	2020	2019	Variação	
			Otd.	%
Licenciatura ou superior	17	17	0	0,00%
Bacharelato	0	1	-1	-100,00%
Ensino Secundário	19	21	-2	-9,52%
Ensino Preparatório	43	41	2	4,88%
Ensino Primário	5	5	0	0,00%
Sem Habilitações	0	0	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>-1</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Requisitados ao Município</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>-1</b>	<b>-8,3%</b>
<b>Regime Geral</b>	<b>73</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

O absentismo em 2020 foi de 6,03% sendo que as causas principais foram Doença (4,00%), Assistência a filho por fecho de escolas (0,75%) e Consultas Médicas (0,24%).



ABSENTISMO	Ausências	%
Acidente de Trabalho	240	0,14%
Assis. Filho Fecho Escola	1264	0,75%
Assistência à Família	166,8	0,10%
Baixa por Doença	6 761,30	4,00%
Casamento	80,00	0,05%
Cerco Sanitário	367,95	0,22%
Consulta Médica	399,20	0,24%
Consulta Médica Pré-Natal	11,17	0,01%
Doença sem Baixa	32,00	0,02%
Isol. Profilático Privado	72,00	0,04%
Just. C/Remuneração	90,74	0,05%
Licença de Parentalidade	368,00	0,22%
Nojo	179,50	0,11%
Obrigação Legal	4,90	0,00%
Prémio Assiduidade	148,13	0,09%
Susp. Ati. Letivas Presc.	16,00	0,01%
Trabalhador -Estudante	0,50	0,00%
<b>Total de ausências</b>	<b>10 202</b>	<b>6,03%</b>
<b>Horas teóricas</b>	<b>169 133</b>	

No âmbito do desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, a empresa investiu, durante o ano de 2020, cerca de 6.388,00 euros em 27 ações de formação com um volume total de 2.148,50 horas e uma abrangência de 143 participações.

O enfoque da formação recaiu sobre as áreas de Informática com um volume total de 992,00 horas, Enquadramento na Organização com um volume total de 420,00 horas, Gestão com um volume de 386,00 horas e Segurança no Trabalho com um volume total de 256,00 horas.

## V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Fatores de risco

As atividades da INDAQUA Feira estão expostas aos seguintes fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo INDAQUA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da INDAQUA S.A. e suas participadas. O Conselho de Administração Executivo providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito e o uso de derivados. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados estão integradas em operações de cobertura de risco dos contratos de financiamento das concessionárias.

### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a INDAQUA Feira. A INDAQUA Feira está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço público prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente da Administração Central ou local ou de cliente individual; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes, não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

### **Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A INDAQUA Feira efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. É expectativa do Conselho de Administração Executivo que os fluxos de caixa operacionais previstos para o próximo ano sejam suficientes para suprir as necessidades de fundos desse período.

### **Risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro**

O objetivo da INDAQUA Feira em relação à gestão de fluxos de caixa associados à taxa de juro, foi conseguido através da contratação de dois instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro convertendo taxa variável em taxa fixa, previsto nos contratos de financiamento, que mitigam o risco de variabilidade das taxas de juro.

### **Situação económica e financeira da Empresa**

No quadro abaixo apresentam-se os principais indicadores económicos e a sua variação face a 2020.

(milhares de euros)

PRINCIPAIS INDICADORES	2020	2019	Varição
Volume de negócios	19 527	18 195	7,3%
Volume de negócios sem IFRIC 12	18 574	17 583	5,6%
Gastos Operacionais*	9 216	8 538	7,9%
EBITDA	10 885	10 263	6,1%
Gastos de financiamento líquidos	776	12 874	-94,0%
Resultado líquido	4 915	-6 633	-174,1%
Autonomia financeira	86,9%	88,6%	-1,9%

\* sem amortizações, imparidades e outros gastos e perdas

O volume de negócios da empresa registou uma variação positiva de 7,3% face a 2019, tendo aumentado de 18.195 mil euros para 19.527 mil euros.

Os gastos operacionais, com exceção das amortizações, imparidades e outros gastos e perdas, sofreram um aumento de 678 mil euros.

Registou-se uma variação positiva do EBITDA face a 2019, que passou de 10.263 mil euros para 10.885 mil euros em 2020.

Os gastos de financiamento líquidos totalizaram o montante de 776 mil euros, tendo diminuído em 12.098 mil euros face aos gastos de 2019, fruto do refinanciamento da dívida em 2019, ficando assim o resultado antes de impostos positivo em 7.101 mil euros e o resultado líquido também positivo em 4.915 mil euros.

O rácio de autonomia financeira, considerado como a relação entre a soma dos capitais próprios adicionados da dívida subordinada dos acionistas e o ativo líquido da empresa, reduziu para 86,9% em dezembro de 2020, com um ativo líquido de 85.549.862 euros, representando o ativo não corrente cerca de 96% do ativo líquido total.

## VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS

O próximo exercício de 2021 será orientado para a continuação dos objetivos traçados na organização interna da Empresa e na concretização dos princípios orientadores definidos, salientando-se:

- Prosseguir com a angariação de novos clientes de água e de saneamento;
- Consolidação e otimização dos procedimentos integrados no sistema de gestão de clientes baseado na plataforma SAP IS-U;
- Melhoria do serviço de atendimento;
- Maior rapidez nas intervenções de realização de ramais e instalação de contadores;
- Melhoria na resposta e resolução de reclamações;
- Consolidação da utilização de *software* de controlo das operações (PGO);
- Consolidação da utilização do SCADA (sistema de telegestão e telemetria para as principais infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento);
- Promover a inspeção periódica e a manutenção preventiva da rede;
- Otimização dos procedimentos de combate aos atos ilícitos.
- Continuação da implementação de procedimentos para controlo e redução de perdas de água;
- Continuação da implementação de procedimentos para controlo das afluências indevidas nas redes de saneamento;
- Aumento da eficiência energética;
- Consolidação e otimização do sistema de distribuição postal;
- Atualização sistemática dos cadastros;
- Continuação da implementação do SIG;
- Instalação de sistemas de telemetria residencial e válvulas de corte com controlo remoto para otimização dos processos de leitura e cobrança em locais onde os contadores não são acessíveis;
- Consolidação das relações com os clientes;
- Valorização dos recursos humanos.



## VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante de **EUR 4.915.270,90** sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas legais **EUR 245.763,55**
- Resultados Transitados **EUR 4.669.507,35**

## VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Após um ano de 2020 fustigado pela pandemia COVID-19, o primeiro trimestre de 2021 manteve as restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, escolas, indústrias e outros serviços, que caracterizaram o ano de 2020. Estas restrições impactaram severamente a economia portuguesa durante o exercício de 2020, e mantêm o impacto negativo à data de reporte destas demonstrações financeiras, fruto das medidas de contenção impostas pelo Governo português.

Embora o desenvolvimento futuro da doença se mantenha incerto, o início da vacinação no ano de 2021 apresenta um sinal de esperança, como um indicador de tendência de melhoria. Assim como foi aferido ao longo de 2020, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado de 2021 seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados.

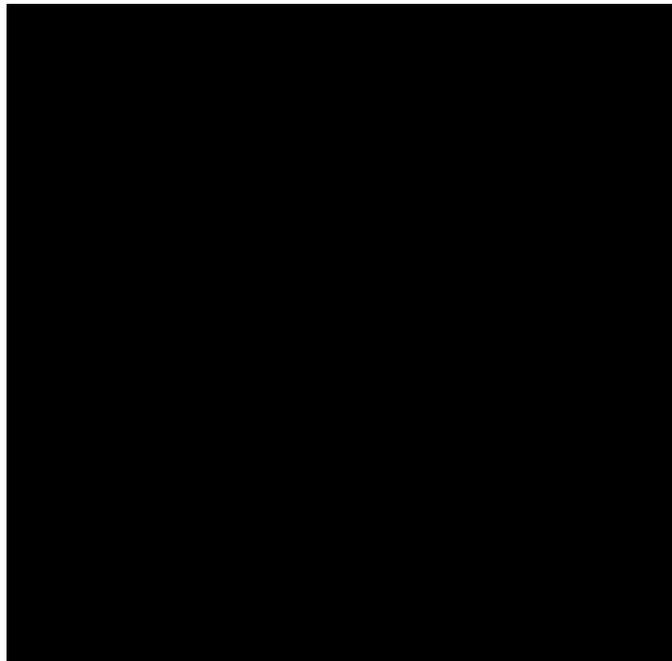
A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Finalmente, agradecemos o apoio e a confiança dos nosso Concedente, Clientes, Acionistas, Funcionários, Fornecedores e Instituições Financeiras.



Santa Maria da Feira, 25 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração,



## **IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **Anexo I – Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade**

(nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

### **Anexo II – Publicidade de Participações de Acionistas**

(nº 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos um décimo do capital da sociedade são:

**INDAQUA – INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A. – 98,99%.**



## X. BALANÇO

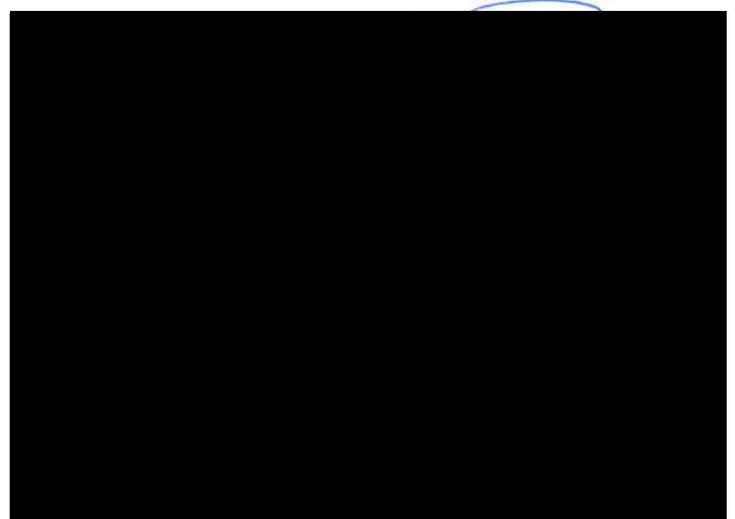
ATIVO Assets	Notas	dez 20	dez 19
<b>ATIVO NÃO CORRENTE (Non-current assets):</b>			
Ativos fixos tangíveis (Tangible fixed assets)	5	2 321 000	2 244 026
Ativos intangíveis (Intangible assets)	6	79 502 854	81 250 420
Outros investimentos financeiros (Other financial assets)		8 503	8 331
Ativos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	216 824	224 300
		<b>82 050 200</b>	<b>83 725 077</b>
<b>ATIVO CORRENTE (Current assets):</b>			
Inventários (Inventories)	8	132 481	120 899
Clientes (Clients)	9	1 591 526	1 505 225
Adiantamentos a fornecedores (Advances to suppliers)	16	2 359	709
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	49 334,29	78 205
Outros créditos receber (Other credits receivable)	11	1 091 804	1 371 879
Diferimentos (Deferred costs)	12	26 156	25 950
Caixa e depósitos bancários (Cash and bank deposits)	4	605 933	2 451 650
		<b>3 499 592</b>	<b>5 554 518</b>
<b>Total do ativo (Total assets)</b>		<b>85 549 862</b>	<b>89 279 594</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO Shareholders' equity and liabilities</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO (Shareholders' equity):</b>			
Capital subscrito (Capital)	13	4 990 000	4 990 000
Reservas legais (Legal reserves)	14	266 765	266 765
Outras reservas (Other reserves)	14	1 355 453	1 355 453
Resultados transitados (Returned earnings)	14	-10 063 386	-3 430 380
Outras variações no capital próprio (Other adjustments)	14	12 631 342	13 042 002
		<b>9 180 175</b>	<b>16 223 841</b>
Resultado líquido do exercício (Net profit)		4 915 271	-6 633 006
		<b>14 095 445</b>	<b>9 590 834</b>
<b>Total do capital próprio (Total shareholder's equity)</b>		<b>14 095 445</b>	<b>9 590 834</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE (Non-current liabilities):</b>			
Provisões (Provisions)	18	300 406	303 009
Financiamentos obtidos (Long term loans)	15	56 109 094	66 347 041
Passivos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	3 667 164	3 786 387
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	1 582 875	1 600 097
		<b>61 659 538</b>	<b>72 036 534</b>
<b>PASSIVO CORRENTE (Current liabilities):</b>			
Fornecedores (Suppliers)	16	1 476 620	1 295 882
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	32 519	35 121
Acionistas/sócios (Shareholders)	10 e 27	2 379 794	1 237 621
Financiamentos obtidos (Short term loans)	15	4 137 948	3 131 316
Outras dívidas a pagar (Other creditors)	17	1 767 998	1 952 284
		<b>9 794 879</b>	<b>7 652 225</b>
<b>Total do passivo (Total liabilities)</b>		<b>71 454 416</b>	<b>79 688 759</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo (Total shareholders' equity and liabilities)</b>		<b>85 549 862</b>	<b>89 279 594</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS <i>Profit and Loss Account</i>	Notas	PERÍODOS	
		dez 20	dez 19
Vendas e serviços prestados <i>(Sales and services rendered)</i>	19	19 527 074	18 194 562
Subsídios à Exploração		4 261	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas <i>(Costs of goods sold and mat. consumed)</i>	8	-2 319 558	-2 191 610
Fornecimentos e serviços externos <i>(Supplies and services)</i>	20 e 27	-5 317 276	-4 851 875
Gastos com o pessoal <i>(Staff costs)</i>	21	-1 578 768	-1 494 505
Impairidade de inventários (perdas/reversões) <i>(Inventories impairment)</i>	8		-6 968
Impairidade de dívidas a receber (perdas/reversões) <i>(Accounts receivable impairment)</i>	9	-58 014	-60 887
Provisões (aumentos/reduções) <i>(Provisions)</i>	18	2 603	5 164
Outros rendimentos e ganhos <i>(Other incomes and profits)</i>	22 e 27	1 039 045	942 928
Outros gastos e perdas <i>(Other expenses and losses)</i>	22 e 27	-413 885	-273 927
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>(EBITDA)</i></b>		<b>10 885 482</b>	<b>10 262 882</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização <i>(Depreciations)</i>	5 - 6	-3 008 880	-2 978 541
Impairidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) <i>(Assets impairment)</i>			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>(EBIT)</i></b>		<b>7 876 601</b>	<b>7 284 341</b>
Juros e rendimentos similares obtidos <i>(Interest and similar profits)</i>	23	227 574	243 367
Juros e gastos similares suportados <i>(Interest and similar losses)</i>	23 e 27	-1 003 626	-13 117 478
<b>Resultado antes de impostos <i>(Pre-tax-profits)</i></b>		<b>7 100 550</b>	<b>-5 589 770</b>
Imposto sobre o rendimento do período <i>(Taxation on profit)</i>	24	-2 185 279	-1 043 236
<b>Resultado líquido do período <i>(Net profit)</i></b>		<b>4 915 271</b>	<b>-6 633 006</b>
<b>Resultado por ação básico <i>(Basic earnings per share)</i></b>		<b>0,99</b>	<b>-1,33</b>

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

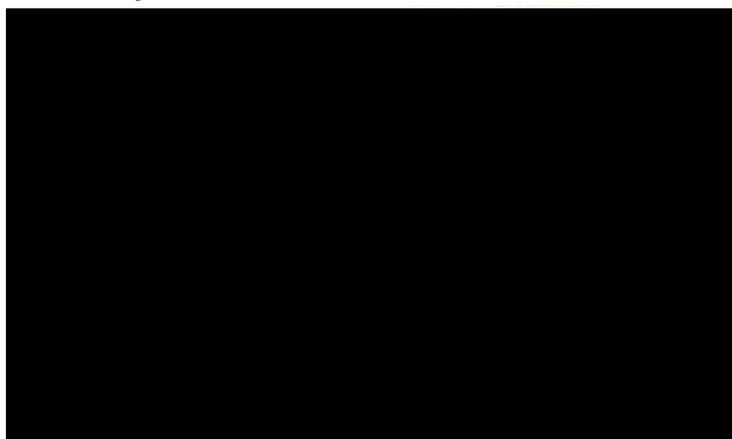


## XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Demonstração de Fluxos de Caixa (Cash Flow Statement)**  
**Período findo em 31 de Dezembro 2020 (Financial year ended December 31st, 2020)**  
Montantes expressos em EUROS (Amounts in Euros)

<u>Notas</u>	<u>dez 2020</u>	<u>dez 2019</u>
	Valor	Valor
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
<i>(Cash flow from operating activities)</i>		
Recebimentos de clientes <i>(received from clients)</i>	20 235 236	19 084 017
Pagamentos a fornecedores <i>(Payments to suppliers)</i>	-8 106 650	-9 135 607
Pagamentos ao pessoal <i>(Payments to Staff)</i>	-1 543 292	-1 391 799
Caixa gerada pelas operações <i>(Cash from operations)</i>	<u>10 585 295</u>	<u>8 556 611</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento <i>(Income tax paid/received)</i>	-1 035 630	-600 462
Outros recebimentos/pagamentos <i>(Other Received/Paid)</i>	28 849	-205 118
Fluxos de caixa das actividades operacionais <i>(Cash flow from operating activities)</i>	<u>9 578 513</u>	<u>7 751 031</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</b>		
<i>(Cash flow from investment activities)</i>		
Pagamentos respeitantes a <i>(Payments concerning to):</i>		
Ativos fixos tangíveis <i>(Tangible fixed assets)</i>	-254 879	-198 182
Ativos intangíveis <i>(Intangible assets)</i>	-960 260	-614 832
Investimentos financeiros <i>(Financial investments)</i>	-2 648	-2 356
	<u>-1 217 787</u>	<u>-815 370</u>
Recebimentos provenientes de <i>(Cash receipts arising from):</i>		
Ativos fixos tangíveis <i>(Tangible fixed assets)</i>	16 553	13 196
Investimentos financeiros <i>(Financial investments)</i>	393	911
	<u>16 946</u>	<u>14 107</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:	<u>-1 200 841</u>	<u>-801 262</u>
<i>(Cash flow from investment activities)</i>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</b>		
<i>(Cash flow from financing activities)</i>		
Recebimentos provenientes de <i>(Cash receipts arising from):</i>		
Financiamentos obtidos <i>(Loans)</i>		<u>57 751 563</u>
		<u>57 751 563</u>
Pagamentos respeitantes a <i>(Payments concerning):</i>		
Financiamentos obtidos <i>(Loans)</i>	-9 224 196	-54 096 419
Juros e gastos similares <i>(Interest and similar costs)</i>	-992 073	-12 062 363
Outras operações de financiamento <i>(Other financing transactions)</i>	-7 121	-11 550
	<u>-10 223 389</u>	<u>-66 170 332</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:	<u>-10 223 389</u>	<u>-8 418 769</u>
<i>(Cash flow from financing activities)</i>		
Variação de caixa e seus equivalentes:	-1 845 717	-1 469 000
<i>(Change in cash and equivalents)</i>		
Caixa e seus equivalentes no início do período:	4 2 451 650	3 920 650
<i>(Cash and cash equivalents at beginning of period)</i>		
Caixa e seus equivalentes no fim do período:	4 605 933	2 451 650
<i>(Cash and cash equivalents at end of period)</i>		

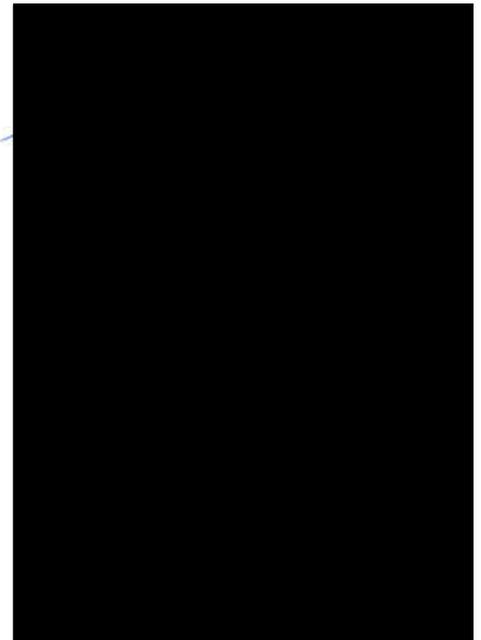
As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



### XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2019	13	4 990 000	187 639	-5 313 784	-8 057 345	15 582 707	1 982 534	9 351 751
Alterações no período								
Aplicação de resultados	14		99 127	1 883 405			-1 982 534	128 055
Ajustamentos por impostos diferidos	7 - 14					128 055		6 744 037
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14				9 412 799	-2 668 762		6 744 037
			99 127	1 883 405	9 412 799	-2 540 707	-1 982 534	6 872 089
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>-6 633 006</b>	<b>-6 633 006</b>
<b>Resultado Integral</b>								<b>239 085</b>
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições								
A 31 de dezembro de 2019	14	4 990 000	266 765	-3 430 380	1 355 453	13 042 002	-6 633 006	9 590 834
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2020	13	4 990 000	266 765	-3 430 380	1 355 453	13 042 002	-6 633 006	9 590 834
Alterações no período								
Aplicação de resultados	14			-6 633 006			6 633 006	119 224
Ajustamentos por impostos diferidos	7 - 14					119 224		-529 883
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14					-529 883		-410 660
				-6 633 006		-410 660	6 633 006	4 915 271
<b>Resultado líquido do período</b>							<b>4 915 271</b>	<b>4 504 611</b>
<b>Resultado Integral</b>								<b>4 504 611</b>
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições								
A 31 de dezembro de 2020	14	4 990 000	266 765	-10 063 386	1 355 453	12 631 342	4 915 271	14 095 445

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



## XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Introdução

A Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (adiante designada por Indaqua Feira ou Empresa), com sede na Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro, 17, Santa Maria da Feira, foi constituída em 12 de Março de 1999 tendo por objeto o exercício, em regime de concessão, das atividades de indústria e prestação de serviços relativos à exploração e gestão conjunta dos Serviços Públicos Municipais de tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Santa Maria da Feira, incluindo construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento no âmbito da referida concessão.

O contrato de concessão inicia-se em 1999 e tem vigência até 2049.

Adicionalmente, a Empresa é integralmente/majoritariamente detida pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A., pelo que se insere num grupo económico liderado por esta entidade (“Grupo Indaqua”) sendo as demonstrações financeiras da Empresa integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A. pelo método de consolidação integral. No final da concessão todas as Infraestruturas serão transferidas para o Município.

É da opinião da Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Indaqua Feira, relativas ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31/12/2020, tendo as mesmas sido aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2021, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2020 (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho). Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

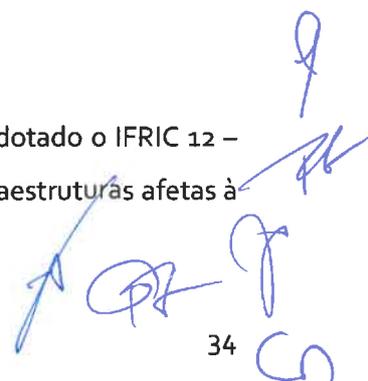
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração considera que a empresa tem capacidade de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Face ao exposto, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Indaqua Feira com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

Pelo fato de não existir tratamento previsto nas NCRF para as concessões foi adotado o IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetadas à concessão e que é caracterizado da seguinte forma:



**Enquadramento**

A IFRIC 12 – “Acordos de concessão de serviço” define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público, atendendo aos serviços a que a concessionária se obriga a prestar e ao controlo que exerce sobre os ativos da concessão.

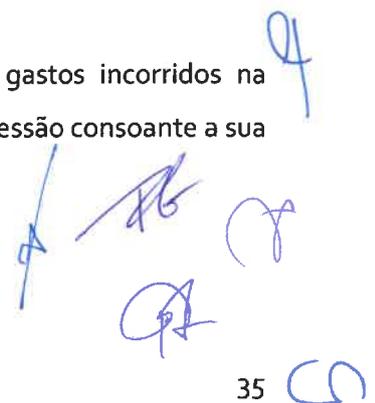
No âmbito da IFRIC 12 estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- i) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- ii) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- iii) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção / requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- iv) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- v) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detém a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A IFRIC 12 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concessionários de serviços públicos com as características acima identificadas. Quando a IFRIC 12 é aplicada, o concessionário não pode reconhecer nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados na prestação do serviço por não deter o controlo sobre os mesmos, embora retenha o risco de construção e de financiamento.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção que terá de registar de acordo com a IFRS 15 / NCRF 19 – Contratos de construção.

A aplicação deste normativo prevê o reconhecimento da totalidade dos gastos incorridos na prestação do serviço de construção/ requalificação das infraestruturas da concessão consoante a sua natureza, e o registo do justo valor do rédito da construção.



Uma vez que no caso das concessões este serviço está associado ao contrato de concessão que prevê a exploração subsequente das infraestruturas construídas/ adquiridas, é necessário determinar a contraprestação do rédito reconhecido.

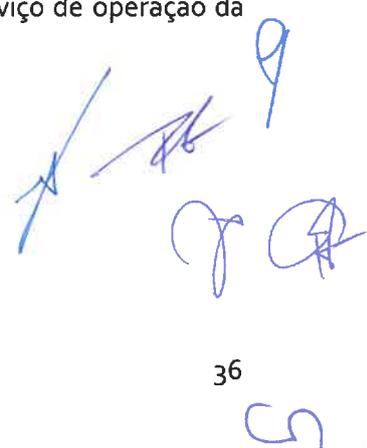
A IFRIC 12 preconiza dois modelos de contabilização para os serviços de construção consoante os riscos e benefícios assumidos pelo concessionário:

- i) O modelo do ativo financeiro – se o concedente tem a responsabilidade de pagar ao concessionário pela prestação do serviço de construção, ou se, embora a responsabilidade pelo pagamento do serviço público recaia sobre os seus utilizadores, o concedente tenha a responsabilidade de garantir um montante mínimo previamente definido;
- ii) O modelo do ativo intangível – se o concessionário tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores (pagando o utilizador ou o concedente), os montantes despendidos constituem o custo da aquisição do direito de concessão.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O concessionário tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao concessionário que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de o concessionário assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência.

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores pela prestação do serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

O concessionário deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com o serviço de operação da concessão de acordo com o IFRS 15 / NCRF 20 - Rédito.



Nos termos desta interpretação a Indaqua Feira presta os dois tipos de serviços: o de construção, requalificação e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, pelo que aplica os princípios da IFRIC 12.

### **Classificação da infraestrutura**

A Indaqua Feira classifica os montantes investidos na construção/ aquisição das infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de concessão, já que tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores do serviço.

A formação do custo dos ativos intangíveis (direitos de concessão) compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de construção, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso, por permuta com os serviços de construção prestados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento dos projetos de construção em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração das infraestruturas do sistema.

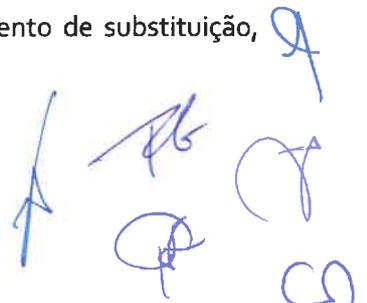
A manutenção e conservação corrente das infraestruturas, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

### **Amortizações**

O ativo intangível, direito de concessão, é amortizado numa base sistemática por taxas constantes ao longo da concessão.

### **Acréscimos de custos por responsabilidades contratuais**

Os investimentos de substituição são tratados como responsabilidades, de acordo com o definido na NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o que implica a constituição de uma provisão pelo período que medeia entre o investimento inicial e o investimento de substituição, devendo essa provisão ser registada pelo valor presente.



**Rédito – serviços de construção**

O IFRIC 12 considera que, em substância, a Concessionária constrói as infraestruturas e troca-as pelo direito inerente à concessão, aplicando-se assim o normativo do Rédito e dos Ativos Intangíveis, no que se relaciona com a troca de ativos diferentes. Em consequência destas disposições a Concessionária constrói as infraestruturas, vende-as ao Concedente e como pagamento recebe um direito de uso durante o período da concessão, estando reconhecido nos rendimentos e nos subcontratos os valores resultantes destas operações.

As obras efetuadas têm como objetivo prestar o serviço final aos consumidores, não tendo como base obter uma margem no serviço a prestar. Além disso, as Concessões normalmente iniciam a atividade com as infraestruturas municipais recebidas pelo que não existem períodos onde as Concessões não disponham de receitas. Tendo em conta que a construção é subcontratada e como tal já reflete o seu justo valor não é efetuado qualquer ajustamento relativamente a margens sobre a construção, além da imputação dos encargos financeiros e dos encargos de estrutura afetos aos projetos.

**2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, conforme referido em 2.1, pelo fato de não haver nas NCRF tratamento para as Concessões, foi adotado supletivamente a IFRIC 12.

**2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

**3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

**3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado ("deemed cost") à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros ativos tangíveis	4 - 10

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas definidas acima, as quais se consideram razoáveis para compensar a sua desvalorização. A amortização dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente. Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas no abate ou alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação. Os edifícios e outras construções estão contabilizados em ativos tangíveis apesar de serem reversíveis no final da concessão.

### 3.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

a) Direito da Concessão:

A Indaqua Feira é uma Concessão onde não está definido um rendimento garantido e o serviço é prestado diretamente ao consumidor final. Como no SNC não existe nenhuma norma para as concessões, de forma supletiva foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade, sendo utilizado o IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à Concessão.

No âmbito desta norma são consideradas infraestruturas as redes, ramais, reservatórios, captações, ETAS's e ETAR's adquiridos/construídos pela Empresa. Estes ativos encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Dado que as obras do Plano de Investimento da Concessionária traduzem-se num aumento da sua base de clientes, os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção destes ativos são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. A amortização destes ativos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual e durante o período da Concessão.

Foi integrado no Direito da Concessão, o valor atual das rendas da concessão a pagar anualmente ao Município da Feira, sendo o respetivo custo anual contabilizado, parte como amortização do ativo intangível e o diferencial como gasto financeiro.

b) Outros intangíveis:

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

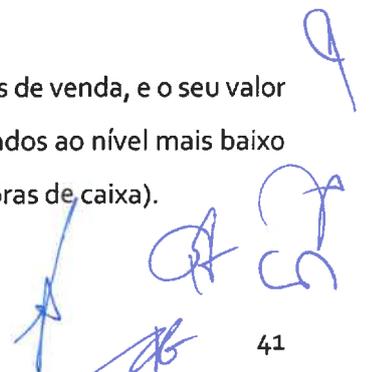
A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A vida útil estimada para os outros ativos intangíveis mais significativos é de 3 anos.

**3.3. Imparidade de ativos**

A Indaqua Feira realiza testes de imparidade sempre que, em cada data de relato, eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).



Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, sendo as saídas valorizadas pelo método do custo médio.

### 3.5. Ativos e passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

**(a) Ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade;**

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos / pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

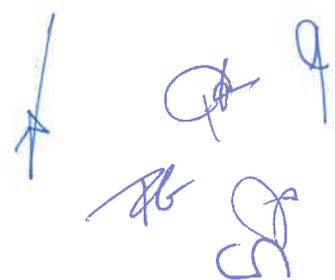
ou

**(b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.**

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de alguns empréstimos obtidos, estando contabilizados em "Outros Reservas".

As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Anualmente são efetuados testes de cobertura, sendo que a ineficácia é registada em conformidade.

Uma operação de cobertura é considerada eficaz se os resultados dos testes de eficácia realizados ao instrumento de cobertura se encontram dentro do intervalo 80% a 125%. A eficácia dos instrumentos de cobertura é, então, aferida através da realização de testes que procuram demonstrar a eficaz compensação de alterações nos cash-flows do instrumento de cobertura e do instrumento coberto por comparação com o justo valor de um instrumento de cobertura hipotético cuja eficácia da cobertura seria de 100%.



**Imparidade de ativos financeiros**

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

No caso de contas a receber de clientes a Empresa utiliza como critério para o reconhecimento de perdas por imparidade a antiguidade dos mesmos, atribuindo diferentes percentagens de perda dependendo do intervalo de antiguidade que o saldo se encontra. Não são registadas perdas por imparidade para com as entidades públicas.

**Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.**

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

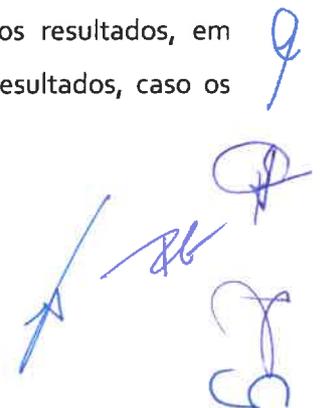
O passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Os ativos seguintes são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

**a) Cientes e Outros créditos a receber**

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.



**b) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

**c) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente. As comissões de montagem são diferidas pelo período do empréstimo e apresentadas ao custo amortizado, incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

**d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros**

Os saldos de fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros são registados ao custo.

**e) Responsabilidade das rendas da concessão**

Encontram-se registadas no Ativo (Ativos intangíveis) e no Passivo (Outras dívidas a pagar) o valor total das rendas a pagar ao município (previstas no contrato de concessão), descontadas para o valor presente. O valor registado no ativo é amortizado pelo período da concessão por quotas constantes e o passivo é movimentado pelo custo amortizado da dívida.



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas se: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### 3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### **3.8. Locações**

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

### **3.9. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.10. Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O rédito é reconhecido com base na aplicação do tarifário previsto no contrato de concessão outorgado com o Município de Santa Maria da Feira, em que as tarifas recorrentes (tarifa fixa e tarifa volumétrica de abastecimento de água e de saneamento) são aplicadas mensalmente aos clientes que têm contrato com a Empresa, quer em função do número de dias, quer em função dos consumos de água medidos ou estimados. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### **3.11. Subsídios**

- a) Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Indaqua Feira cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no Capital Próprio, sendo reconhecido na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.
  
- b) Os rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação a clientes são tratados como subsídio ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão ao ritmo a que é reconhecida a amortização do direito da Concessão (custo do ramal).

### **3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos tangíveis ou intangíveis são capitalizados, sendo parte integrante do custo do Ativo.

### **3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados e fontes de incerteza associadas a estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### **Estimativas contabilísticas relevantes**

#### **3.13.1 Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **3.13.2 Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

#### **3.13.3 Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

A imparidade para contas a receber é calculada essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem do tipo de clientes, não sendo registada qualquer imparidade para as dívidas de entidades estatais.

#### **3.13.4 Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados**

Na valorização de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa são utilizadas técnicas de valorização assentes no método de fluxos de caixa descontados. A determinação do justo valor destes instrumentos é geralmente efetuada pelas entidades com as quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração reconhece competências e objetividade às contrapartes. A Empresa tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor desses instrumentos, os quais considera adequados.

#### **3.13.5 Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso**

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais da Empresa. Os advogados/consultores legais possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permite fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

### **4. Fluxos de caixa**

#### **4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	<u>dez 20</u>	<u>dez-19</u>
Caixa	2 415	1 839
Depósitos bancários	603 518	2 449 810
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>605 933</u></b>	<b><u>2 451 650</u></b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa é como segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez-19</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	2 415	1 839
	<u>2 415</u>	<u>1 839</u>
<b>Depósitos Bancários</b>		
Depósitos à ordem (nota 15)	603 518	2 449 810
	<u>603 518</u>	<u>2 449 810</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<u>605 933</u>	<u>2 451 650</u>

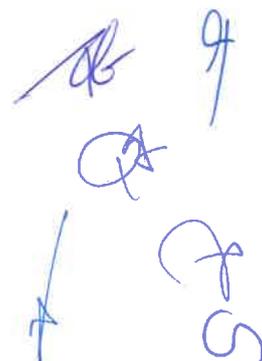
Em 2020, a Indaqua Feira mantém com a Indaqua SA o financiamento de longo prazo (suprimentos).

## 5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis

	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento de transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<b>1 de janeiro de 2020</b>						
Custo de aquisição	1 930 588	2 216 150	757 524	450 964	76 195	5 431 421
Depreciações acumuladas	-471 380	-1 533 647	-677 819	-428 618	-75 930	-3 187 394
<b>Valor líquido</b>	<u>1 459 208</u>	<u>682 503</u>	<u>79 704</u>	<u>22 346</u>	<u>265</u>	<u>2 244 026</u>
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Adições		280 057	68 270	16 386		364 713
Alienações		-140 125	-69 797			-209 922
Transferências e abates		-900				-900
Depreciações - exercício	-51 550	-163 481	-43 148	-24 315	-65	-282 559
Depreciações - alienações		135 944	69 797			205 740
Depreciações - transf e abates		900				900
<b>Valor líquido</b>	<u>-51 550</u>	<u>112 394</u>	<u>25 122</u>	<u>-7 929</u>	<u>-65</u>	<u>77 973</u>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Custo de aquisição	1 930 588	2 355 182	755 998	467 350	76 195	5 585 312
Depreciações acumuladas	-522 930	-1 560 284	-651 171	-452 933	-75 995	-3 263 313
<b>Valor líquido</b>	<u>1 407 658</u>	<u>794 897</u>	<u>104 827</u>	<u>14 417</u>	<u>199</u>	<u>2 321 999</u>



	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>						
Custo de aquisição	1 930 588	2 053 781	749 075	438 775	76 195	5 248 414
Depreciações acumuladas	-419 831	-1 470 695	-650 157	-413 683	-75 738	-3 030 104
<b>Valor líquido</b>	<b>1 510 758</b>	<b>583 086</b>	<b>98 918</b>	<b>25 092</b>	<b>457</b>	<b>2 218 310</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Adições		264 656	21 670	12 189		298 516
Alienações		-102 287	-13 222			-115 508
Transferências e abates						
Depreciações - exercício	-51 550	-161 938	-40 884	-14 935	-192	-269 499
Depreciações - alienações		98 986	13 222			112 208
Depreciações - transf e abates						
<b>Valor líquido</b>	<b>-51 550</b>	<b>99 417</b>	<b>-19 214</b>	<b>-2 745</b>	<b>-192</b>	<b>25 716</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Custo de aquisição	1 930 588	2 216 150	757 524	450 964	76 195	5 431 421
Depreciações acumuladas	-471 380	-1 533 647	-677 819	-428 618	-75 930	-3 187 394
<b>Valor líquido</b>	<b>1 459 208</b>	<b>682 503</b>	<b>79 704</b>	<b>22 346</b>	<b>265</b>	<b>2 244 026</b>

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

O equipamento básico refere-se na sua maioria a contadores de medição de consumos de água (Nota 8), máquinas e ferramentas e utensílios de uso diário. Os edifícios e outras construções referem-se à sede e ao armazém que serão reversíveis para a Município no final da concessão.

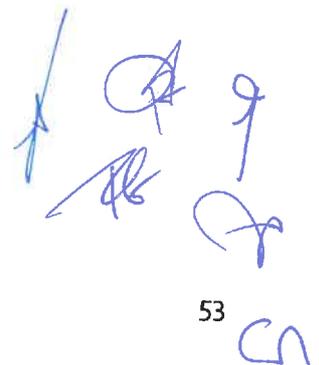
## 6. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente aos valores das infraestruturas reconhecidos como direito da concessão. Estas infraestruturas são reversíveis para o Município no final da concessão.

A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Direito da Concessão	Activos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2020</b>						
Custo de aquisição	439 031	111 452	21 642	115 765 658	120 740	116 458 523
Depreciações acumuladas	-439 031	-111 452	-21 642	-34 635 978		-35 208 103
<b>Valor líquido</b>				<b>81 129 680</b>	<b>120 740</b>	<b>81 250 420</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Adições				975 542	3 214	978 756
Alienações						
Transferências e abates						
Depreciações - exercício				-2 726 321		-2 726 321
Depreciações - alienações						
Depreciações - transf e abates						
<b>Valor líquido</b>				<b>-1 750 779</b>	<b>3 214</b>	<b>-1 747 566</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Custo de aquisição	439 031	111 452	21 642	116 741 200	123 954	117 437 278
Depreciações acumuladas	-439 031	-111 452	-21 642	-37 362 300		-37 934 424
<b>Valor líquido</b>				<b>79 378 900</b>	<b>123 954</b>	<b>79 502 854</b>
<b>1 de janeiro de 2019</b>						
Custo de aquisição	439 031	111 452	21 642	115 154 204	120 740	115 847 069
Depreciações acumuladas	-439 031	-102 478	-21 642	-31 935 910		-32 499 061
<b>Valor líquido</b>		<b>8 974</b>		<b>83 218 294</b>	<b>120 740</b>	<b>83 348 009</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Adições				611 454		611 454
Alienações						
Transferências e abates						
Depreciações - exercício		-8 974		-2 700 068		-2 709 042
Depreciações - alienações						
Depreciações - transf e abates						
<b>Valor líquido</b>		<b>-8 974</b>		<b>-2 088 614</b>		<b>-2 097 589</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Custo de aquisição	439 031	111 452	21 642	115 765 658	120 740	116 458 523
Depreciações acumuladas	-439 031	-111 452	-21 642	-34 635 978		-35 208 103
<b>Valor líquido</b>				<b>81 129 680</b>	<b>120 740</b>	<b>81 250 420</b>

As adições do exercício são referentes essencialmente às obras de extensão das redes de água e saneamento.



## 7. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas diferenças temporárias e rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

	dez 20		dez 19		Variação
	Base	I. Diferido	Base	I. Diferido	
<b>Ativos</b>					
Ajustamentos de conversão SNC	963 660	216 824	996 890	224 300	-7 477
	<b>963 660</b>	<b>216 824</b>	<b>996 890</b>	<b>224 300</b>	<b>-7 477</b>
<b>Passivos</b>					
Ramais (nota 14)	9 045 477	2 035 232	9 329 799	2 099 205	-63 972
Subsídio P.O.V.T. (nota 14)	7 253 029	1 631 932	7 498 590	1 687 183	-55 251
	<b>16 298 506</b>	<b>3 667 164</b>	<b>16 828 389</b>	<b>3 786 387</b>	<b>-119 224</b>
<b>Impacto líquido</b>	<b>-15 334 846</b>	<b>-3 450 340</b>	<b>-15 831 499</b>	<b>-3 562 087</b>	<b>111 747</b>
Variação por capital próprio (nota 14)					111 747
Variação por resultados (nota 24)					-7 477

Como os proveitos dos ramais se encontram registados em Capital Próprio (rubrica de Outras Reservas e Outras variações no Capital Próprio, respetivamente) os respetivos Impostos Diferidos foram também registados em Capital Próprio (Outras Variações no Capital Próprio - nota 14).

É entendimento do Conselho de Administração que de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas que o impacto decorrente da atualização financeira da renda da concessão não é aceite como gasto fiscal. Por este motivo a Empresa apenas releva para efeitos fiscais o gasto associado à renda efetiva, sendo que os eventuais gastos relativos à atualização da conta a pagar, se superiores à quantia nominal das rendas, são desconsiderados aquando do apuramento do resultado fiscal relativo a cada exercício. Por outro lado, caso os referidos gastos sejam inferiores à quantia nominal das rendas a Empresa procede a uma dedução para efeitos de apuramento do resultado fiscal.

Foi analisado pela Autoridade Tributária o enquadramento fiscal dado aos ajustamentos de transição associados à adoção do SNC, mais concretamente os relativos à aplicação da IFRIC12. Foi defendido pela Autoridade Tributária (AT) um enquadramento fiscal diferente do que havia sido adotado pela Indaqua Feira, em particular, a consideração dos ajustamentos de transição durante o período remanescente da concessão e não durante o período de 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os ativos e passivos por impostos diferidos estão calculados à taxa de 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2019).

## 8. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

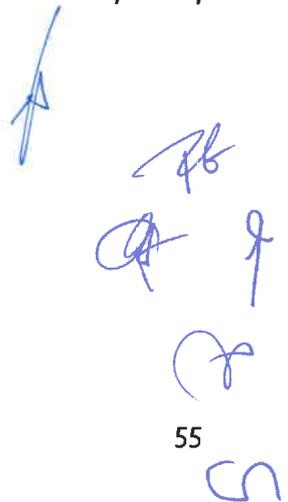
	<u>dez-20</u>	<u>dez-19</u>
Mercadorias		
Produtos e trabalhos em curso		
Materiais	132 481	127 868
Produtos acabados		
	<u>132 481</u>	<u>127 868</u>
Ajustamentos de Inventário		-8 968
<b>Total inventários</b>	<u><b>132 481</b></u>	<u><b>120 899</b></u>

O custo dos inventários reconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 2.319.558 euros (2019: 2.191.610 euros), conforme se evidencia abaixo.

	<u>dez-20</u>		<u>dez-19</u>	
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>
Existências iniciais		120 899		130 278
Compras	2 219 412	264 354	2 079 811	264 119
Transferência de contadores		-152 627		-161 698
Existências finais		<u>132 481</u>		<u>120 899</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u><b>2 219 412</b></u>	<u><b>100 146</b></u>	<u><b>2 079 811</b></u>	<u><b>111 799</b></u>

As compras de mercadoria referem-se essencialmente à aquisição de água.

O montante de 152.627 euros (2019: 161.698 euros) referem-se à transferência de contadores de medição de consumos de água, que aquando da sua instalação no cliente, são capitalizados, isto é, reclassificados em Ativo Fixo Tangível (ver nota 5).



## 9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	dez 20		dez 19	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes c/c - grupo (nota 27)				
Clientes c/c - outros	1 574 687	1 574 687	1 482 438	1 482 438
Clientes cobrança duvidosa	606 693	606 693	625 417	625 417
	<b>2 181 380</b>	<b>2 181 380</b>	<b>2 107 855</b>	<b>2 107 855</b>
Imparidade	-589 855	-589 855	-602 630	-602 630
<b>Total Clientes</b>	<b>1 591 526</b>	<b>1 591 526</b>	<b>1 505 225</b>	<b>1 505 225</b>

## Imparidade

A Indaqua Feira tem reunido esforços no que à recuperação de dívida diz respeito. Nesse sentido, tem vindo a identificar clientes cuja dívida se tornou incobrável, nomeadamente no que diz respeito a cliente com mora superior a 24 meses, onde a perda por imparidade já se encontra reconhecida a 100%. Consequentemente, verifica-se um aumento das utilizações da provisão:

	dez 20	dez 19
Início do exercício	602 630	636 181
Aumentos	60 037	60 887
Utilizações	70 790	94 439
Reversões	2 023	
<b>Final do exercício</b>	<b>589 855</b>	<b>602 630</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos com o Estado são os seguintes:

	dez-20		dez-19	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRS		5 468		6 341
Imposto s/valor acrescentado - IVA	49 334		78 205	
Contribuições p/segurança social		27 052		28 781
	<b>49 334</b>	<b>32 519</b>	<b>78 205</b>	<b>35 121</b>

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Indaqua. A consolidação fiscal inclui as empresas Indaqua S.A., Indaqua Santo Tirso Trofa S.A., Indaqua Feira S.A., Indaqua Fafe S.A., Indaqua Matosinhos S.A., Indaqua Vila do Conde S.A., Indaqua Oliveira de Azeméis S.A. e Aqualevel, Lda., sendo a Indaqua S.A. (nota 13) responsável pelo pagamento dos impostos do Grupo. O valor a pagar/receber resultante do apuramento do imposto do exercício (IRC), é registado por contrapartida da rubrica Acionistas (nota 27), cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 ascende a 2.379.794 euros (1.237.621 euros em 31 de dezembro de 2019).

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

#### 11. Outros créditos a receber

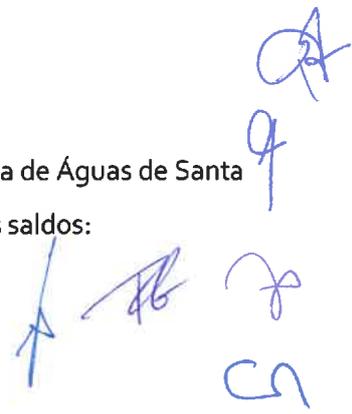
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

	dez 20		dez 19	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	96 197	96 197	395 089	395 089
Devedores por acréscimos de rendimentos	995 607	995 607	976 790	976 790
	1 091 804	1 091 804	1 371 879	1 371 879
Ajustamentos				
<b>Outras contas a receber</b>	<b>1 091 804</b>	<b>1 091 804</b>	<b>1 371 879</b>	<b>1 371 879</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. A rubrica “devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde a valores de venda de água e serviços prestados, mas que ainda não foram faturados.

#### 12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:



	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Seguros	24 757	23 625
Outros serviços	1 399	2 325
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b><u>26 156</u></b>	<b><u>25 950</u></b>

### 13. Capital

#### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Indaqua Feira ascendia a 4.990.000 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A INDAQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A. detém uma participação de 98,99%. A Aqualevel, Unipessoal, Lda detém uma participação de 0,01%.

### 14. Reservas e Resultados Transitados

#### 14.1. Reserva Legal

A Reserva Legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do Capital Social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

#### 14.2. Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 3 de abril de 2020, foi decidido que a aplicação do resultado líquido referente ao exercício de 2019, no valor negativo de 6.633.006,34 euros fosse na sua totalidade aplicado em resultados transitados.

#### 14.3. Outras Reservas

Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica inclui Reservas Livres no valor de 1.355.453 euros (mesmo valor em 2019).

#### 14.4. Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores recebidos por contrapartida de construção de ramais de ligação à rede global, que estão a ser equiparados a um subsídio pelo que foram registados em capitais próprios e

estão a ser reconhecidos como rendimento ao longo do período de amortização desses ramais de ligação e os respetivos impostos diferidos. Inclui também o valor do Subsídio do POVT e os respetivos impostos diferidos.

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>	<u>Varição</u>
Compensação pela construção dos ramais (nota 7)	9 045 477	9 329 799	-284 322
Impostos diferidos pela construção dos ramais (nota 7)	(2 035 232)	(2 099 205)	63 972
Subsídio P.O.V.T. (nota 7)	7 253 029	7 498 590	-245 561
Impostos diferidos P.O.V.T. (nota 7)	(1 631 932)	(1 687 183)	55 251
	<u>12 631 342</u>	<u>13 042 002</u>	<u>-410 660</u>

No período de 2020 foi reconhecido um proveito (nota 22) no montante de 245.561 euros relativos à imputação do subsídio.

Nos períodos de 2020 e 2019, as construções de ramais e o subsídio P.O.V.T. tiveram os seguintes movimentos:

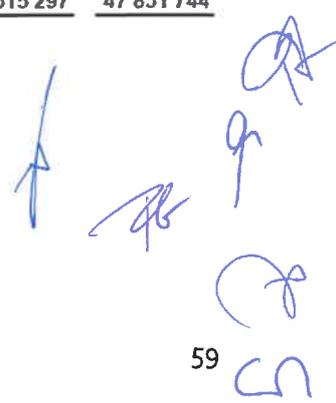
	<u>dez 20</u>		<u>dez 19</u>	
	<u>Ramais</u>	<u>Subsídios P.O.V.T.</u>	<u>Ramais</u>	<u>Subsídios P.O.V.T.</u>
Início do exercício	9 329 799	7 498 590	9 629 818	7 744 154
Aumentos	27 188		10 818	
Diminuições				
Reconhecimentos	311 510	245 561	310 837	245 564
Fim do exercício (nota 7)	<u>9 045 477</u>	<u>7 253 029</u>	<u>9 329 799</u>	<u>7 498 590</u>

## 15. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo e maturidade, no final do período, é como segue:

	<u>dez 20</u>			<u>dez 19</u>		
	<u>Corrente (até 1 ano)</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>	<u>Corrente (até 1 ano)</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Superior a 5 anos</u>
Locações Financeiras				7 121		
Suprimentos Accionistas (nota 27)	4 137 948	20 304 181	35 804 913	3 124 196	18 515 297	47 637 005
Juros Suprimentos (nota 27)						194 739
Financiamentos obtidos	<u>4 137 948</u>	<u>20 304 181</u>	<u>35 804 913</u>	<u>3 131 316</u>	<u>18 515 297</u>	<u>47 831 744</u>

Todos os empréstimos estão negociados em euros.



O empréstimo de suprimentos teve amortização de capital durante o ano de 2020, no valor de 9.224.195,60 euros, e ascende em 31 de dezembro de 2020 a 60.247.041,15 euros e tem vigência até ao ano 2029.

O custo médio anual da dívida no ano de 2020 foi de 1,51%.

Em 2020, a Indaqua Feira terminou os contratos de leasing, pelo que o valor em vigor em 31 de dezembro, das locações é nulo:

	dez 20			dez 19		
	Custo aquisição	Amortização acumulada	Capital em dívida	Custo aquisição	Amortização acumulada	Capital em dívida
Locações Financeiras	45 619	45 619	0	45 619	38 498	7 121
	<b>45 619</b>	<b>45 619</b>	<b>0</b>	<b>45 619</b>	<b>38 498</b>	<b>7 121</b>

#### 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	dez 20		dez 19	
	Corrente	Total	Corrente	Total
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores - grupo (nota 27)	646 531	646 531	510 200	510 200
Fornecedores - terceiros	827 730	827 730	784 974	784 974
<b>Total Fornecedores</b>	<b>1 474 261</b>	<b>1 474 261</b>	<b>1 295 174</b>	<b>1 295 174</b>

#### 17. Outros créditos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o detalhe da rubrica de outros créditos a pagar é como segue:

	dez 20			dez 19		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>						
Fornecedores gerais	22 970		22 970	8 985		8 985
Renda da concessão	i) 17 222	1 582 875	1 600 097	25 600	1 600 097	1 625 697
<b>Outros Credores</b>						
Taxa de recursos hídricos	ii) 611 823		611 823	571 675		571 675
Credores diversos	iii) 142 996		142 996	292 018		292 018
<b>Credores por acréscimos</b>						
Férias e subs. de férias	178 835		178 835	166 682		166 682
Juros de financiamento	167 501		167 501	205 296		205 296
Aquisição de água	193 582		193 582	185 990		185 990
Outros	433 068		433 068	496 038		496 038
<b>Outras dívidas a pagar</b>	<b>1 767 998</b>	<b>1 582 875</b>	<b>3 350 872</b>	<b>1 952 284</b>	<b>1 600 097</b>	<b>3 552 381</b>

- i) Valor presente da totalidade da renda da concessão a pagar ao Município de Santa Maria da Feira, conforme nota 3.16.
- ii) Taxa de recursos hídricos - este saldo refere-se essencialmente ao valor da taxa de recursos hídricos de água a pagar às Águas do Norte e taxa de recursos hídricos de saneamento a pagar à A.R.H. Norte.
- iii) A rubrica Credores diversos refere-se essencialmente ao valor das taxas de resíduos sólidos urbanos recebidos pela Empresa de conta e ordem do Município de Santa Maria da Feira e retenções de garantias efetuadas aos construtores

## 18. Provisões

A provisão para riscos e encargos no montante de 279.198 euros foi constituída pois existe um processo em tribunal que ainda não obteve desfecho (ver nota 26).

A provisão para riscos e encargos no montante de 21.208 euros encontra-se constituída para fazer face aos riscos decorrentes da atividade.

**19. Vendas e Serviços prestados**

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Venda de Água	5 882 203	5 549 698
Prestações de Serviços	12 692 143	12 033 410
Proveitos - Contratos de construção	952 728	611 454
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b><u>19 527 074</u></b>	<b><u>18 194 562</u></b>

Com base na aplicação da IFRIC 12 foram registados valores relativos a Contratos de Construção, assim discriminados:

<b>Proveitos - Contratos de construção</b>	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Serviços de construção (nota 20)	943 048	586 760
Capitalização do custo dos ramais	9 680	24 694
	<b><u>952 728</u></b>	<b><u>611 454</u></b>

O valor relativo aos serviços de construção está igualmente refletido em Fornecimentos e Serviços Externos (nota 20).

**20. Fornecimentos e serviços externos**

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Subcontratos - Contratos de construção (nota 19)	943 048	586 760
Subcontratos	1 457 544	1 453 582
Trabalhos especializados	2 005 380	2 017 259
Conservação e reparação	278 180	172 202
Rendas e alugueres	2 711	1 146
Outros	630 413	620 925
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b><u>5 317 276</u></b>	<b><u>4 851 875</u></b>

Relativamente aos Subcontratos – Contratos de Construção – ver Nota 19. A rubrica de Subcontratos inclui essencialmente gastos relacionados com a limpeza dos coletores e exploração da ETAR. A rubrica “Trabalhos especializados” refere-se essencialmente aos serviços de assistência técnica, serviços de faturação e cobrança e serviço de gestão do sistema de informação.

## 21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram como segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Remunerações		
Pessoal	<u>1 162 268</u>	<u>1 087 253</u>
<b>Sub-total</b>	<b><u>1 162 268</u></b>	<b><u>1 087 253</u></b>
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	248 981	240 594
Custos de acção social	116 642	112 368
Outros	<u>50 876</u>	<u>54 290</u>
<b>Sub-total</b>	<b><u>416 500</u></b>	<b><u>407 252</u></b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b><u>1 578 768</u></b>	<b><u>1 494 505</u></b>

Durante o ano de 2020, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 85 (2019: 85), dos quais 12 são funcionários públicos requisitados ao Município nos termos do Contrato de Concessão.

## 22. Outros rendimentos e outros gastos

O detalhe dos outros gastos e rendimentos é como se seguem:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Rendimentos suplementares	402 257	258 962
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 997	1 956
Recuperação de dívidas a receber	507	
Rendimentos e ganhos inv. não financeiros	28 420	13 784
Outros rendimentos e ganhos	<u>604 862</u>	<u>668 226</u>
	<b><u>1 039 045</u></b>	<b><u>942 928</u></b>
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos	387 189	248 134
Dívidas incobráveis	5 966	10 563
Gastos e perdas inv. não financeiros	3 406	1 923
Outros gastos e perdas	<u>17 324</u>	<u>13 307</u>
	<b><u>413 885</u></b>	<b><u>273 927</u></b>

As rubricas de Imposto e de Rendimentos suplementares incluem os valores referentes à Taxa de Recursos Híbridos (TRH). Na rubrica de Outros rendimentos e ganhos está incluído o montante 245.561 euros (2019: 245.564 euros) relativo à imputação do subsídio ao investimento (nota 14).

**23. Gastos e rendimentos financeiros**

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros suportados (nota 27)	1 003 626	1 432 528
Liquidação Instr. Derivado Cobertura Tx. Juro		9 600 771
Outros gastos e perdas de financiamento		2 084 179
	<u>1 003 626</u>	<u>13 117 478</u>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	<u>227 574</u>	<u>243 367</u>
	<u>227 574</u>	<u>243 367</u>

Os rendimentos financeiros referem-se a juros obtidos de clientes.

**24. Imposto sobre o rendimento do período**

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou esteja em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. A Empresa encontra-se incluída no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Indaqua (nota 10).

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Imposto s/rendimento corrente	2 177 803	1 035 760
Imposto s/rendimento diferido (nota 7)	<u>7 477</u>	<u>7 477</u>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>2 185 279</u>	<u>1 043 236</u>

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	<u>dez 20</u>	<u>dez 19</u>
Resultado antes de impostos	7 100 550	5 589 770
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
	<u>1 491 116</u>	<u>1 173 852</u>
Diferenças permanentes	688 175	(138 770)
Tributação autónoma	5 989	8 155
	<u>2 185 279</u>	<u>1 043 236</u>
Imposto s/rendimento corrente	2 177 803	1 035 760
Imposto s/rendimento diferido (nota7)	7 477	7 477
Imposto s/rendimento	<u>2 185 279</u>	<u>1 043 236</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>30,8%</u>	<u>18,7%</u>

## 25. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Indaqua Feira, são como segue:

### Compromissos para investimentos

Para a Concessão da Feira os compromissos de investimento, para o período de 31/12/2020 a 31/12/2021, compreendem um montante de 1.075.608 euros (preços correntes) referentes à execução de obras de ampliação, reabilitação e renovação de ativos horizontais e verticais da concessão.

Podem vir a ser consubstanciados compromissos incrementais para este tipo de trabalhos, ou outros, conforme previsto no Caso Base da Concessão, e por forma a garantir a eficiência operacional.

## 26. Contingências e Garantias

### Passivos e Contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e decorrente da rescisão antecipada de um contrato com um dos seus fornecedores, a Indaqua Feira tem um processo intentado contra si, em setembro de 2017, no qual o mesmo fornecedor reclama o pagamento de valores relativos a serviços prestados, juros, e indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais e por lucros cessantes.

Foi proferida sentença na primeira instância, que julgou procedente a nossa argumentação relativamente ao pedido de indemnização por lucros cessantes e danos patrimoniais e não patrimoniais, pelo que absolveu a Indaqua Feira do pagamento deste pedido, tendo condenado a Indaqua Feira apenas no pagamento das faturas pelos serviços prestados. Ambas as Partes interpuseram recurso da decisão da primeira instância.

É convicção do Conselho de Administração da Indaqua Feira, com base no parecer dos seus assessores legais, que o montante de responsabilidades refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 nas rubricas "Provisões", "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", corresponde à nossa melhor estimativa de gastos a incorrer no âmbito dos serviços prestados e término antecipado do contrato, e é suficiente para fazer face ao risco que possa advir para a Indaqua decorrente do desfecho do referido processo, não tendo sido constituídas provisões para as indemnizações solicitadas por ser entendimento que é reduzido o risco de estas virem a ter um desfecho desfavorável para a Empresa.

À data de 31 de dezembro de 2020 existem outros processos judiciais em curso intentados contra a Empresa para os quais não foram registadas quaisquer provisões, uma vez que é convicção do Conselho de Administração da Indaqua que do desfecho dos mesmos não resultarão responsabilidades para a Empresa.

### Garantias

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias por conta da Empresa:

Entidade beneficiária	Objecto	Valor
Município de Santa Maria da Feira	Concessão	3 740 984
EP - Estradas de Portugal	Obras	70 000
Tribunal Comarca Sta. Maria da Feira	Processos de execução	123 222

## 27. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Indaqua Feira é participada pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. que detém 98,99 % do capital da Empresa, sendo as demonstrações financeiras da Empresa consolidadas nas daquela entidade.

### 27.1. Transações entre partes relacionadas

#### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

**Acionistas:** Empréstimos remunerados, débitos relativos à administração e outros custos da holding.

**Outras Empresas do Grupo:** Essencialmente serviços de gestão de sistemas de informação, assistência técnica, serviços de faturação, cobrança e subcontratação.

#### (b) Transações

Durante o exercício de 2020 e 2019, a Indaqua Feira efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	dez 20					
	Outros rendimentos e ganhos	CMVMC	FSE / Custos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento	Aquisição Imobilizado
Empresas do Grupo:						
Indaqua, S.A.			1 390 188		948 782	
Indaqua Santo Tirso, S.A.	574					
Indaqua Vila do Conde, S.A.	31					
Aquatevel, Lda			1 835 727			31 346
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA		16		1		
<b>Total</b>	<b>604</b>	<b>18</b>	<b>3 225 915</b>	<b>1</b>	<b>948 782</b>	<b>31 346</b>

	dez 19					
	Outros rendimentos e ganhos	CMVMC	FSE / Custos com o pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento	Aquisição Imobilizado
Empresas do Grupo:						
Indaqua, S.A.			1 426 016		763 078	
Aquatevel, Lda			1 790 212			
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA		219		15		
<b>Total</b>		<b>219</b>	<b>3 216 228</b>	<b>15</b>	<b>763 078</b>	

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem de transações comerciais e financeiras efetuadas a preços de mercado.

Um dos financiamentos obtidos do Grupo não tem prazo de reembolso definido, sendo entendimento do Conselho de Administração que não serão exigidos num prazo de 12 meses contados da data das demonstrações financeiras e vencem juros à taxa equivalente à Euribor para seis meses acrescida de um spread de 3%. Já o financiamento mais recente tem um reembolso semestral.

### (c) Saldos

A 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	dez 20		
	Acionistas saldo devedor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 16)	Financiamentos (nota 15)
<b>Empresas do Grupo:</b>			
Indaqua, S.A.	2 379 794	230 956	60 247 041
Aqualevel, Lda		430 703	
<b>Total</b>	<b>2 379 794</b>	<b>661 659</b>	<b>60 247 041</b>

	dez 19		
	Acionistas saldo devedor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 16)	Financiamentos (nota 15)
<b>Empresas do Grupo:</b>			
Indaqua, S.A.	1 237 621	231 520	69 471 237
Indaqua Santo Tirso, S.A.		861	
Aqualevel, Lda		277 819	
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA		16	
<b>Total</b>	<b>1 237 621</b>	<b>510 216</b>	<b>69 471 237</b>

Um dos financiamentos obtidos do Grupo não têm prazo de reembolso definido, sendo entendimento do Conselho de Administração que não serão exigidos num prazo de 12 meses contados da data das demonstrações financeiras e vencem juros à taxa equivalente à Euribor para seis meses acrescida de um spread de 3%. Já o financiamento mais recente tem um reembolso semestral.

### 28. Eventos subsequentes

Após um ano de 2020 fustigado pela pandemia COVID-19, o primeiro trimestre de 2021 manteve as restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, escolas, indústrias e outros serviços, que caracterizaram o ano de 2020. Estas restrições impactaram severamente a economia portuguesa durante o exercício de 2020, e mantêm o impacto negativo à data de reporte destas demonstrações financeiras, fruto das medidas de contenção impostas pelo Governo português.

Embora o desenvolvimento futuro da doença se mantenha incerto, o início da vacinação no ano de 2021 apresenta um sinal de esperança, como um indicador de tendência de melhoria. Assim como foi

aferido ao longo de 2020, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado de 2021 seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados.

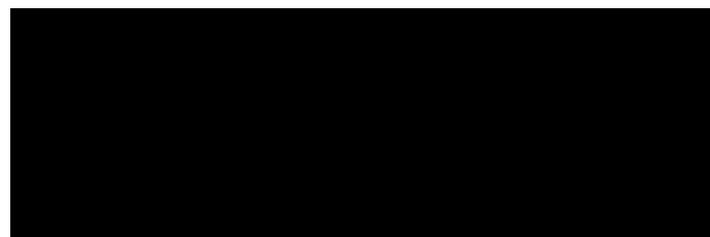
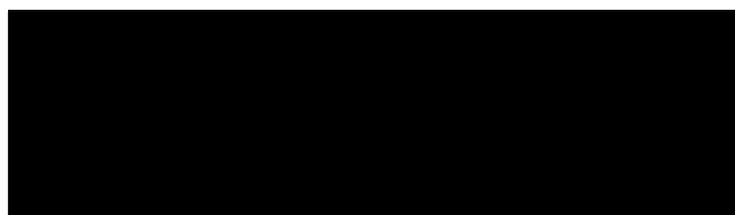
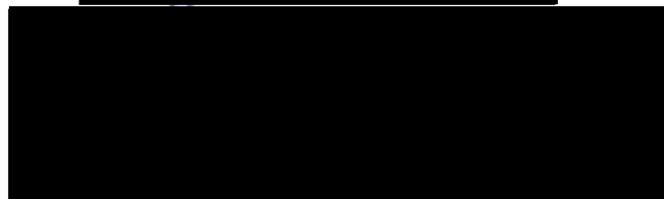
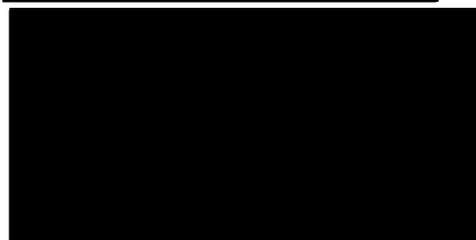
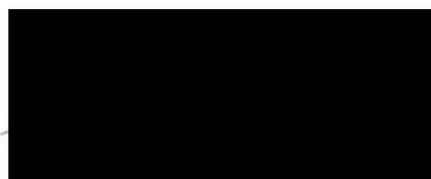
A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Santa Maria da Feira, 25 de fevereiro de 2021

**O Contabilista Certificado,**



**O Conselho de Administração,**



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **Aos Acionistas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 18 de março de 2021

Deloitte & Associados, SROC S.A.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 85.549.862 euros e um total de capital próprio de 14.095.445 euros, incluindo um resultado líquido de 4.915.271 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

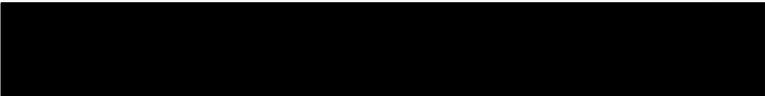
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 de março de 2021

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
